



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**PRESIDENTE: EDIR SALES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 28-04-2023

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Declaro abertos os nossos trabalhos.

Esta é a 8ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Teremos a presença da Presidente Edir Sales, que agora está em outro compromisso. Por isso, vamos iniciando os trabalhos. Está presente o Vereador Nunes Peixeiro.

O tema de hoje será sobre a violência nas escolas. Este é um tema muito importante, que será discutido por nós.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online); pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

As inscrições para pronunciamento remoto foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas).

Informo que as inscrições para pronunciamento presencial estão abertas junto à Secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência os representantes da Secretaria Municipal da Educação; Sr. José Roberto, da Copede, a Sra. Taize, da Divisão de Direitos Humanos; representantes do Conselho Municipal da Educação; Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo, Geduc; Defensoria Pública do Estado de São Paulo, representada pelo Dr. Gustavo Samuel da Silva Santos, Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude; Tribunal de Contas do Município; Aprofem, Sindicato dos Professores e Funcionários Públicos Municipais de São Paulo, representado pelo Sr. Paulo Soares; Sedin, Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo, representado pela Sra. Sheila Mendes da Silva; Sindsep, Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo; Sinesp, Sindicato dos Especialistas em Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, representado pela Sra. Rosana Capputi Borges; Sinpeem, Sindicato dos Profissionais da Educação do Município de São Paulo; Crece, Conselho de Representantes dos Conselhos

de Escola, representado pela Sra. Cecília Teixeira; Conselho Regional de Psicologia; Secretaria Municipal de Segurança Urbana, representada pelo Sr. Josué de Andrade Mello, Chefe de Gabinete; Professor Fernando Luiz Cássio Silva, da Universidade Federal do ABC; Deputado Estadual Carlos Giannazi e membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Sinpro, representado pela Sra. Sandra Caballero, a quem convido para compor a Mesa conosco; Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, membro titular da Comissão de Educação; Deputada Federal Luciene Cavalcante, Professora e Supervisora da Rede Municipal e membro da Comissão de Educação da Câmara Federal, a quem convido para compor a Mesa conosco; Taize Grotto de Oliveira, representando a Secretaria Municipal de Educação, a quem convido para compor a Mesa; alunos da Etec Guaracy; Sr. André, representante da comunidade escolar, a quem convido para compor a Mesa.

Nós temos alguns dados e é importante dizer que fizemos esse requerimento para esta audiência pública a fim de tratar de um tema muito importante, que é a violência contra as escolas, porque é uma violência que vivemos em nosso país, em nosso estado, mas falaremos especificamente do nosso município. E não dá para falar sobre a violência contra as escolas se nós não chamarmos, para esse debate – um debate sério, um debate responsável – os educadores, a comunidade escolar, que são os conhecedores da realidade das nossas escolas.

Então, é fundamental que este debate seja feito por essas pessoas, pelas universidades, pelo conselho de escola, pela comunidade escolar como um todo, para que possamos, de fato, ter ações concretas, reais, não fantasiosas. Digo isso porque nós tivemos, com os ataques feitos muito recentemente, infelizmente a morte da Professora Elisabeth Tenreiro, da Escola Thomazia Montoro, na Vila Sônia. Tivemos o ataque na escola, em Santa Catarina. E tivemos outros ataques que, felizmente, não resultaram em mortes, mas que são ataques registrados.

Nós fazemos muitas diligências nas escolas e verificamos esse discurso do ódio, que foi propagado contra a Educação, principalmente esse discurso do ódio feito nos últimos quatro anos. E esse discurso de ódio vai da nossa sociedade para dentro das escolas: esta é a

realidade. Então, a violência não está dentro da escola. A violência vem do território, vem da nossa sociedade e vai para dentro da escola. Agora, é preciso que façamos um debate também sério e qualificado acerca da falta de investimentos. Os educadores e as educadoras estão abandonados pelo Poder Público, pela falta de investimento em infraestrutura, em segurança, em equipamento, em profissionais da Educação. Então, nós vemos esse vazio no investimento.

Hoje mesmo nós tivemos a publicação de um estudo que foi feito pelos 32 Tribunais de Conta dos Estados. Esses Tribunais fizeram um levantamento mostrando dados que são alarmantes, e esses dados precisam fazer parte deste debate, porque não adianta... Este momento é de crise, em que muita *fake news* foi veiculada, acerca do terror, do pânico nas escolas e inclusive aqui, nesta Casa, em que tivemos ações irresponsáveis de pessoas que propagam o ódio, apresentando projetos de leis que concedem porte de arma para os educadores e educadoras, como se isso fosse resolver o problema de segurança das nossas escolas, das nossas crianças e dos profissionais de educação. Então, é inconcebível, é inadmissível, é repugnante. A gente tem que repudiar toda forma de um discurso irresponsável de incentivo ao ódio, que é isso que acontece e que não vai resolver o problema, mas incentivar o ódio.

Esse estudo mostrou, para vocês terem uma ideia, que 57% das salas de aula visitadas no país são inadequadas como local de estudo; e ainda têm os dados alarmantes que foram apresentados.

Falando da nossa rede municipal, nesse estudo dos Tribunais de Contas, foram visitadas 1.085 escolas, sendo 36 escolas da capital paulista e os dados são preocupantes: 86% das escolas paulistanas não tinham AVCB com validade adequada. O que é o AVCB? É o Alto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, o que dá a segurança para que as nossas escolas funcionem. Qualquer estabelecimento no município de São Paulo que tenha atendimento ao público tem que ter o AVCB; e 86% estão com data de validade inadequada.

Das escolas visitadas, 41% não tinham hidrantes, uma coisa básica para a segurança das escolas; 52% das unidades não dispunham de recursos de acessibilidade nas suas vias de

circulação interna para as pessoas com deficiência e mobilidade. Não há inclusão na rede pública municipal. E em 33% dos colégios visitados faltava papel higiênico, algo tão básico; 16% das escolas tinham torneiras faltantes. No total, 47% das escolas tiveram problemas aparentes nos banheiros; 70% das escolas foram identificadas com banheiros sem acessibilidade. Isso tudo na rede municipal de ensino.

O estudo é longo, é complexo, porque mostra as escolas do Brasil todo, na rede estadual, que é mais ainda precarizada. E, aqui, mostra da rede municipal. Então, quando nós vamos falar de segurança na escola, a gente tem que considerar esses dados também, porque é impressionante a falta de investimento nas escolas.

Só para concluir: a gente tem relatos de vários educadores, educadoras, nas escolas municipais, nas estaduais também, de um déficit de profissionais da educação, a desvalorização dos profissionais da educação, que não têm um quadro completo. Então, muitas vezes, os professores ficam sozinhos na sala de aula, não têm apoio nos corredores, não têm apoio psicopedagógico nas escolas.

Essa é uma realidade que a gente precisa enfrentar, antes de instalar detector de metal, de fazer revista, de colocar guarda patrimonial, como se a escola fosse um banco. Assim como o Governo do Estado está colocando a Polícia Militar armada nas escolas, eu acho que esse não é o caminho. Então, esse debate que nós vamos fazer hoje é para apresentar soluções de acordo com a realidade de quem vive o chão das nossas escolas. Esse é o objetivo desta audiência pública.

Quem quiser se inscrever para falar, a Secretaria está recebendo as inscrições. Eu vou passar a palavra para a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, para uma saudação inicial.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Bom dia a todos os presentes, à comunidade escolar, aos alunos das escolas, professores, sindicatos, e aos parlamentares também presentes na Mesa.

Primeiro, quero parabenizar pela ideia de fazer esta audiência pública, porque é

muito fundamental que a gente consiga se aprofundar nos temas. A nossa reunião da Comissão dura uma hora e, muito raramente, a gente consegue se aprofundar e debater temas da Educação e conseguir, inclusive, ouvir respostas aos debates que a gente está fazendo. Então, é sempre importante chamar a unidade escolar para ouvir o que ela tem a dizer.

Eu queria começar o debate pontuando algo muito importante. Por conta dos últimos casos, o G1 publicou uma matéria de 2019 que aponta vários índices de violência na escola; ele aponta, por exemplo, que 54% dos professores já tinham registrado ter sofrido uma agressão em alguma unidade escolar; 47% dos alunos também já tinham registrado ter sofrido agressões em unidade escolar, desde agressões verbais até violência física, enfim. Quem conhece a realidade das comunidades escolares sabe que essa não é uma situação recente e, infelizmente, não tem sido incomum a situação de violência nas unidades escolares.

Em contrapartida, a gente vê, por exemplo, programas como o Programa de Mediação Escolar, o atendimento psicológico nas escolas, sendo descontinuados; então, a gente tem um elemento importante para entender que essa violência não é excepcional e ela vai escalando até chegar em níveis que todo mundo vê nas mídias.

E acho que um ponto muito importante é que a gente fala muito de *bullying* na escola, muita violência verbal na escola, mas a gente precisa nomear que tipo de violências são essas porque, muitas vezes, essas violências que acontecem nas escolas são misóginas, são contra as mulheres, são violências racistas, LGBTfóbicas.

Infelizmente, a nossa sociedade e até o nosso próprio Parlamento têm insistido em divulgar e disseminar esse comportamento, esse discurso de ódio, que invade as escolas. Inclusive, há bancadas que teimam em insistir em um discurso perigoso de ideologia de gênero e que isso atrapalha profundamente a ideia de fazer uma educação para a diversidade. Então, tem sido muito penoso alegar que esse debate tem sido usado para ganhar a eleição, para aparecer na internet, mas é um debate que tem causado muito prejuízo nas pontas, na comunidade escolar, e tem prejudicado muito o trabalho e a educação dos jovens e adolescentes.

Portanto, quando a gente fala dessas medidas que alguns parlamentares acabam propondo, que são medidas de cercear a liberdade do estudante que está na escola, do professor, de colocar ainda mais em risco, na verdade, a vida do estudante, com pessoas armadas dentro da escola; a gente, na verdade, joga uma névoa, e não debate o problema real que está acontecendo nas escolas e que está acontecendo, na verdade, na sociedade.

O Vereador Celso falou esses dias – isso é real. A violência da escola é uma violência da sociedade que também invade a comunidade escolar, porque a comunidade escolar faz parte da sociedade.

Esses são pontos muito importantes para a gente entender que a violência nas escolas não é um caso excepcional, ela não é um caso que será resolvido com soluções mirabolantes e perigosas para a escola, mas com um debate sério sobre o que, de fato, tem acontecido dentro das escolas.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Vereadora Elaine.

Tem a palavra o nobre Vereador Dr. Nunes Peixeiro, que é membro titular da Comissão de Educação.

**O SR. DR. NUNES PEIXEIRO** – Bom dia a todos.

Cumprimento a todos da Mesa, Presidente Celso, Vereadora Elaine, pessoal do Sindicato, todos os presentes, os que nos assistem através da TV Câmara São Paulo e das redes sociais.

Quero ressaltar a importância desses debates. Nós vivemos num país democrático e compete a nós, com a sociedade, através dessas oportunidades dos debates, discutir o que é melhor para a nossa comunidade escolar. Nós entendemos que alguns projetos são mirabolantes, porém há muitos que cabem na discussão e, por isso, é importante vocês estarem nesta Casa discutindo essas ideias.

Nós aprovamos, recentemente, um projeto apresentado pelo Executivo sobre o botão Alerta SP, uma iniciativa bastante positiva, porque dá condição da direção da escola ter um meio

de comunicação muito rápido através da segurança GCM, Polícia Militar e, também, incluindo o SAMU. Então, o acionamento desse dispositivo do botão alerta SP, em cinco minutos, terá o atendimento necessário na escola. Eu acho que é um tempo bastante considerável, em se tratando de São Paulo e julgo que é um tema bastante importante e que foi aprovado. Acredito que vai ser algo que vai dar mais segurança nas escolas.

Também outra coisa que acho que deve ser discutida é a questão de se propagar *fake news*. Nós sabemos que muitas coisas são *fake news*. Não podemos mais propagar isso, porque incentiva a violência, deixa a população em pânico e não é isso o que nós queremos.

Então, quero ressaltar a importância dessas audiências e a importância da presença de vocês participando com este Parlamento. É sempre fundamental.

É isso aí. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Vereador Dr. Nunes Peixeiro também fez uma importante colocação.

Deixa que eu passe para ouvir, também, fazendo uma saudação inicial a Sra. Taize, representando a Secretaria Municipal de Educação, Divisão de Direitos Humanos. É importante que a gente tenha esse olhar da Secretaria Municipal de Educação.

**A SRA. TAIZE GROTTO DE OLIVEIRA** – Oi, bom dia a todos os presentes. Eu sou a Taize, conforme foi apresentado.

Sou professora da rede municipal de ensino. Atualmente, trabalho na divisão de gestão democrática, responsável pelas ações voltadas para as instâncias de participação, dentre elas o Grêmio Estudantil e as Comissões de Mediações de Conflitos, que sabemos que são instâncias potentes na articulação, pensando, principalmente, na prevenção de diversas violências a que a nossa sociedade está exposta. E, pensando em sociedade, os nossos estudantes que adentram as nossas unidades educacionais, porque as escolas – a gente sempre tem que se lembrar e sempre falamos isso, inclusive, nas nossas reuniões formativas, nos nossos encontros – que a escola é os olhos da sociedade.

Então, o que acontece: além dos muros da escola, claro, ela vai refletir dentro da

escola também. Por isso, a escola é o lugar privilegiado de a gente conseguir trabalhar de forma educativa diversos preconceitos que estão arraigados na nossa sociedade e que, neste momento, merecem atenção para reflexão, estudo, orientação. Com isso, a transformação de comportamentos, vieses, para que a gente consiga, de fato, superar situações tão problemáticas que temos vivido e, cada vez mais, nos chegam desafios ainda mais complexos.

Precisamos todos, enquanto educação, pensando em educadores e estudantes, pensarmos juntos em estratégias positivas para conseguirmos um mundo melhor. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) –** Obrigado, Taize.

É muito importante parabenizar a presença dos alunos da ETEC Guaracy. É importante a gente ouvir, também, os alunos. É sempre fundamental. De toda a comunidade escolar, os alunos são os atores fundamentais para que a gente entenda quais são os problemas e as necessidades das nossas escolas.

Então, eu vou passar para o André fazer a sua saudação também.

**O SR. ANDRÉ HENRIQUES FERNANDES OLIVEIRA –** Boa tarde. Bom dia ainda a todos. (Risos)

A gente veio com os estudantes. Nós fomos convidados pela sua assessoria para participar desse debate. Acho muito importante e fico feliz em ouvir algumas falas que pensam que as medidas para nós resolvermos os problemas das escolas não é mais repressão. Mais repressão dentro da nossa sociedade, que alimenta muito ressentimento, vai gerar mais violência.

Então, nós precisamos repensar medidas positivas dentro do esquema do novo médio, há outros trabalhos que fazemos junto aos estudantes e o tema do trabalho deles é saúde mental dentro das escolas. Eles, então, pensaram em vir para acompanhar este debate porque tem tudo a ver com essa situação que nós vivemos.

Agradecemos a oportunidade de participar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) –** Obrigado, André.

Vou passar para a Sandra, do Sinpro, também fazer essa saudação.

**A SRA. SANDRA CABALLERO** – Bom dia a todos, todas e todes.

Eu queria, primeiro, agradecer o convite, na figura do Vereador Giannazi. É extremamente importante a participação neste debate, porque o Sinpro – para quem não sabe – é o Sindicato dos Professores das Escolas Particulares, e, apesar de nós vivermos uma situação, em muitos aspectos, diferente do universo das escolas públicas, nós também estamos sujeitos à violência e temos que estar inseridos neste debate.

E a preocupação do Sindicato em promover um debate consequente, responsável, com especialistas na área, nós temos feito isso no âmbito do nosso sindicato para que possamos chegar, realmente, a soluções efetivas.

É, também, uma preocupação muito grande: o acolhimento dos profissionais de educação, de forma específica os professores, que viveram a situação da escola sem partido, pandemia e, agora, essa situação de violência.

Então, há uma fragilidade muito grande entre os professores que precisam ser acolhidos e terem a sua saúde mental cuidada, porque o professor não pode cuidar do aluno se não estiver bem.

Eu gostaria, também, a partir da fala dos meus colegas, lembrá-los de que a gente precisa de medidas a curto, médio e longo prazo. No âmbito municipal, estadual e federal.

No âmbito federal, foi apresentado um projeto de lei do Deputado Orlando Silva, do PCdoB, que trata, exatamente, da regulação do universo virtual, das mídias, das plataformas.

Há uma consulta pública, importante que a gente participe, porque é lá que a extrema direita está cooptando jovens, organizando esses ataques, publicizando. Então, é muito importante que a gente participe desses debates a nível federal e se posicione com relação a esse PL.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Sandra. É importante a participação.

Deixe que eu chame, agora presencialmente, os sindicatos e associações

representativas dos profissionais da educação que têm feito esse debate e trazido para esta Casa a solicitação desta audiência pública que é um tema muito importante neste momento e, na verdade, não só neste momento, mas em todos.

Então, eu gostaria de chamar a Sra. Rosana Capputi Borges, do Sinesp, Sindicato dos Especialista em Educação do município de São Paulo.

**A SRA. ROSANA CAPPUTI BORGES** – Obrigada. Bom dia à Mesa, a todos os presentes e a todos que nos escutam.

Eu sou Rosana, dirigente do Sinesp, diretora da rede pública aposentada. Acho que vocês que me antecederam falaram com muito brilhantismo sobre o cenário atual e sobre a necessidade desse debate nesta Casa. Quero, antes de iniciar os meus argumentos, me solidarizar com as vítimas, com a dor dessas vítimas de violências nas escolas.

Bom, é sabido que nós temos literatura e experiências positivas de políticas públicas, pedagógicas e jurídicas que podem colaborar com esse fenômeno gravíssimo que é os ataques violentos às escolas. E olha que nós estamos, neste momento, citando os ataques consumados e sabemos de tantos ataques tentados ou considerados banais que, muitas vezes, não têm a visibilidade, infelizmente, dos ataques que ocorreram nos últimos tempos no Brasil.

Essas experiências, é óbvio, podem colaborar para ações governamentais. Mas a gente tem que lembrar. E eu ressalto e repito o que já foi dito, que é uma ação de todos os atores da sociedade: pais, especialistas, parlamentares, Poder Público, sociedade, alunos e todos mais. E eu preciso ressaltar também o que já foi dito desse cenário: por que nós chegamos aqui e por que estamos avançando tanto com situações de intolerância, ataque, violência e morte?

A gente tem que lembrar que estamos imersos em um cenário que mantém, produz e reproduz violência. Qual seria ele, antes que eu fale de estratégias? A escalada da extrema direita, que na cooptação de adolescentes e jovens, discursam ódio. Tem discursos de racismo, misoginia, não é de gênero. Tem também desigualdades sociais, econômicas que têm avançado também e que tem piorado nos últimos tempos. Temos a facilidade para adquirir armas, falta de controle, falta de criminalização. As redes de ódio, que já foram ditas, as sociais, que todos têm

acesso e que muitos adultos incentivam. A gente não pode esquecer isso. As redes protetivas ineficazes, principalmente: por que e o que aconteceu com os investimentos públicos, especialmente na saúde e na educação? E que reduziu tantas situações, tantos instrumentos que poderiam reduzir e não aumentar a violência.

E eu vou ter que falar sobre as lideranças parlamentares nas diferentes esferas, como o Vereador Celso bem disse, que propõem as piores estratégias para lidar com essa sociedade e que, pior, contribuíram muito para que chegássemos aqui. Apresentam nos seus projetos e nos seus PLs propostas para não trabalhar diversidade na escola, propostas como educação domiciliar, quando muitas crianças estão sujeitas a adultos que querem falar de ódio, que querem falar de racismo, que querem estimular o racismo ou até mesmo propor camadas de pessoas da sociedade. Enfim, acusam também instituições públicas, desvalorizam seus educadores. Seria tanta coisa para se falar, mas a gente não tem tempo, porque tem que dar voz a outros atores. E tudo isso tem levado os profissionais, sim, ao adoecimento. Enfraqueceram as escolas e seus profissionais.

E eu encerro dizendo que a gente tem que inverter tudo isso. A gente precisa de parlamentares que fortaleçam a escola, de uma mídia que fortaleça a escola. Precisamos que o Poder Público garanta condições internas e externas à escola, que garanta o pleno funcionamento de acordo com a Constituição de 1988. É assim que eu encerro.

E antes também, queria dizer, como uma proposta a mais, que os parlamentares têm discutido o Plano Diretor Estratégico da cidade. Por que não, então, como eu já disse na Comissão, pensar a divisão territorial da cidade de forma a unificar as diferentes áreas da saúde, educação, obras? Porque vai ficar mais fácil. É estranho ter escolas localizadas em um lugar em que a saúde não está tomando conta dela ali, está em outra; a segurança e assim vai.

Eu agradeço sinceramente o tempo concedido e espero contar com vocês – a gente já conta sempre –, mas que outros parlamentares se sensibilizem agora, porque uma hora, pode acontecer também com a família deles – a gente não deseja isso – e com a nossa, principalmente.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Rosana, do Sinesp.

Para dar sequência, vou alternar as pessoas que estão presentes com as que estão *on-line*. Vou chamar alguém de forma *on-line*. Estamos com a presença da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com o Dr. Gustavo Samuel da Silva Santos, que é Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude.

Dr. Gustavo, com a palavra. Obrigado pela presença.

**O SR. GUSTAVO SAMUEL DA SILVA SANTOS** – Eu que agradeço o convite. Já adianto que se eu me prolongar demais, por favor, me cortem porque esse é um assunto que eu gosto bastante e, às vezes, a gente exagera no tempo de fala.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – A gente está dando em torno de quatro, cinco minutos, Dr. Gustavo, mas pode ficar tranquilo, porque a gente avisa.

**O SR. GUSTAVO SAMUEL DA SILVA SANTOS** – Muito obrigado. É o suficiente também.

Primeiro, bom dia a todas, a todos e a todes. Eu queria fazer a minha autodescrição. Estou de forma *on-line*, usando fone de ouvido. Tenho cabelo curto e preto. Estou com uma camisa vermelha, uma barba por fazer há muito tempo e, ao fundo, tem uma parede branca e um telhado com uma lâmpada apagada. Acho que é suficiente para quem tem algum tipo de deficiência visual poder imaginar quem está falando.

A primeira questão que eu queria levantar com vocês – isso é muito importante e o Vereador citou no início – é que esse é um problema complexo e problemas complexos exigem soluções complexas. Nós não vamos resolver a violência contra as escolas com uma ou duas medidas. É preciso pensamento em rede, ouvir especialistas. É preciso atuar em conjunto e, especialmente, é preciso que não se façam medidas tomadas com base no pânico. O pânico é um péssimo conselheiro neste momento e é algo que mexe com algo muito precioso para nós, que é a segurança das nossas crianças, dos nossos adolescentes, do nosso futuro. Todo mundo quer tomar uma decisão o mais rápido possível, fazer alguma coisa e geralmente decisões dessa

forma têm que passar por um momento de respirar e pensar: isso é o melhor mesmo? Eu estou pensando no melhor para a criança e para o adolescente ou eu só estou querendo aliviar o meu medo?

Eu acho que esse é o principal ponto para a gente partir para o início dessa conversa. E a partir disso, ouvindo especialistas sobre o tema, a gente consegue identificar alguns fatores, muitos já foram levantados, que levam a essa situação de violência contra as escolas e que eu repito, a normalização do discurso de ódio, especialmente contra mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+. É uma questão que a gente tem que enfrentar e ter o apoio muito grande de pessoas que sabem fazer isso.

A escola, a educação, é a nossa principal defesa contra esse tipo de questão, porque ela está formando pessoas críticas que conseguem elaborar contra esse tipo de discurso e pensar em alternativas de como enfrentá-lo. A falta de regulação das redes sociais, com esses discursos e comunidades inteiras de adoradores de ataques nas escolas, que estão se proliferando inclusive nas redes abertas, em Twitter, em Discord, no Facebook. Então a gente precisa de fato enfrentar essa questão. E, de novo, a escola se coloca como um espaço muito importante para dialogar com crianças e adolescentes e a comunidade escolar como um todo, inclusive os pais e os trabalhadores da educação, para repensar em como usar essas redes. E, principalmente, a gente precisa de uma escola que não esteja sozinha e mal estruturada. A gente precisa de uma escola integrada à rede de proteção da criança e do adolescente e que tenha infraestrutura e recursos humanos adequados.

Um segundo ponto que eu queria levantar, muito rapidamente, porque isso também já foi tocado e, ressaltando isso, a repetição é porque existem projetos que nem sempre... alguns com boa intenção e outros não. Algumas pessoas se valem desses projetos para enriquecimento em cima do nosso medo, enriquecimento em cima das nossas crianças ou para um projeto político muito perigoso de difusão do ódio. Algumas soluções efetivamente não funcionam. Uma delas, eu acho que...

Esse debate é muito importante que seja feito na Câmara, porque existe um projeto

de lei da Câmara Municipal de São Paulo tratando dessa questão, que é a segurança armada nas escolas. Isso foi um desastre nos Estados Unidos. Eu quero até lembrar de dois espaços em que aconteceram violência contra as escolas que foram muito marcantes lá. Um foi em Columbine e outro no Texas. Em ambos os locais, existia segurança armada, força de segurança pública, inclusive, no momento do ataque, e isso foi absolutamente ineficaz.

Inclusive, alguns pesquisadores apontavam que, na verdade, isso acaba criando até um certo estímulo, porque muitas dessas pessoas que perpetram esses ataques procuram visibilidade. Você atacar uma criança em uma escola, como aconteceu há pouco tempo, acertar uma pessoa em uma escola, você vai conseguir muito mais tempo de mídia do que atacá-la no centro da cidade. Então, a escola também é um alvo por ser esse espaço de mídia e, muitas vezes, ter segurança armada para ter aquele enfrentamento e às vezes virar um *marketing* dessa comunidade bizarra que existe por aí é um risco que a gente não pode tolerar. Principalmente porque os resultados de maior segurança foram muito pequenos frente a todos os problemas que isso criou. Também quando não acontecia um risco disso e acabavam se reproduzindo algumas lógicas da segurança pública, que em muitos locais e com muitos seguranças privados ou públicos reproduzem uma lógica racista, misógina, LGBTfóbica que precisa ser muito bem cuidada.

Outras medidas, também, que são muito pedidas e são muito problemáticas, como concertinas, algum tipo de ofendículo nas paredes, nos muros, também criam uma sensação de insegurança, de medo e de que “estou indo para a prisão”, que era um pouco muito discurso nosso quando éramos adolescentes, “olha, vou ter que ficar obrigado naquela escola”, e isso vai reforçar esse sentimento. Em algumas escolas nos Estados Unidos, inclusive na Europa, o rendimento escolar diminuiu. Eles agora estão começando a repensar como retirar esses objetos de lá para melhorar o clima nas escolas. E, ainda, esse tipo de ataque também não diminuiu como se esperava, apesar desse tipo de medida.

Outro tipo de mecanismo que também é apontado nas pesquisas, que não funcionam e me preocupa muito o discurso para ter eles, é a ideia de catracas e detectores de metal nas

entradas. Eu fico pensando no tamanho de uma fila de um aeroporto com detector de metal e passando 500 crianças e adolescentes na entrada ali. Nós vamos ter fila na entrada, nós vamos ter crianças expostas a muitos outros perigos, a acidentes, à briga entre eles, à briga com funcionários ou, senão, um investimento muito alto em algo que vai, na prática, ser abandonado.

Das catracas ainda, isso a própria Undime fala, também a campanha pela educação aponta que o risco de, por exemplo, um incêndio, o risco de um ataque mesmo na escola, e a catraca está ali na entrada, que também é saída. E aí, como é que essas pessoas vão correr, evacuar rapidamente a escola com esses espaços? Então eu peço encarecidamente a quem pensa políticas públicas para essa situação que tome muito cuidado com essas soluções que, na verdade, podem trazer mais prejuízo do que bem-estar às nossas crianças.

E pensando – eu vou tentar ser o mais breve possível – em soluções para isso, quero destacar a necessidade e a garantia de infraestrutura nas escolas, e recursos humanos adequados. A gente precisa ter professor, a gente não pode ter aula vaga, a gente não pode ter falta de agentes escolares, a gente não pode ter falta de cuidadores, porque tudo isso potencializa um clima de insegurança na escola, torna os problemas cotidianos mais complexos e torna mais difícil vigiar e acompanhar os alunos. Principalmente porque muitas dessas violências contra as escolas partem de gente está ali no dia a dia, ex-alunos, alunos, às vezes ex-professores, e se a gente não tiver gente suficiente e um espaço adequado para identificar esses problemas antes que eles aconteçam, nós vamos ter algo problemático no futuro.

Também um ponto muito importante é que a gente se preocupe com a cultura de paz nas escolas, que a gente enfrente efetivamente a ideologia supremacista, neonazi e todas essas outras que vão se construindo ali, tendo protocolos para produzir conhecimento sobre isso e também para solucionar os problemas não só com segurança pública. Às vezes, ela é necessária, a gente não pode descartar um setor desses da estrutura estatal, mas a gente precisa também conseguir resolver alguns problemas entre nós, entre os estudantes, entre estudantes e professores e, para isso, precisa de gente, de investimento para criar essa cultura de paz.

Um ponto que eu acho que é muito sensível, e trago isso especialmente para a Secretaria de Educação: a gente precisa evitar que a escola fique sozinha. Quero lembrar da necessidade de uma aplicação adequada da Lei 13.935, de 2019, que vai falar da atenção psicossocial nas escolas. A gente precisa ter assistentes sociais, a gente precisa ter psicólogos nas escolas. Eu vejo que já começaram algumas iniciativas, como o Naapa no município de São Paulo, a gente tem os psicólogos nas escolas na rede estadual, mas acho que elas ainda estão muito tímidas.

A gente tem escolas com 500, 600 pessoas; a gente tem escolas com crianças acolhidas; a gente tem escolas com crianças da Fundação Casa cumprindo medida de liberdade assistida; a gente tem crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade e muitas vezes a vigilância socioassistencial não consegue identificar isso, e a escola é um lugar muito privilegiado para identificar esses problemas.

Só que ela também não consegue resolvê-los sozinha, então a gente precisa de gente que tenha *know-how* para fazer essa integração com o CRAS, o CREAS, as UBSs, os CAPS, a própria Secretaria de Esportes, de moradia, que coloque a escola de fato dentro da rede de proteção da criança e do adolescente. Qualquer problema relacionado à infância e juventude só é solucionado com enfrentamento em rede. Política de infância e juventude exige rede de proteção da criança e do adolescente, e a escola é central nisso. Se a escola continuar sozinha como está, nós vamos ter criança e adolescente sofrendo, nós vamos ter criança e adolescente morrendo, como hoje acontece.

Outro ponto que eu queria destacar, acho que para ir encerrando, é da necessidade de protocolos de ação, tanto da Segurança Pública quanto da Educação, para identificar e saber o que fazer quando existe uma ameaça ou se sente que pode acontecer alguma coisa para quem eu devo avisar.

Alguém citou o botão do pânico, acho que ele é muito importante, mas é uma medida. É preciso pensar: para quem eu aviso? Com quem eu falo? Quem da Segurança Pública? Quem da Guarda? Quem da Educação? Quando eu falo isso? Como que eu faço uma estratégia de

comunicação para os pais e para a comunidade escolar como um todo de que existiu essa ameaça sem que isso cause pânico? Isso é essencial.

Está acontecendo um ataque na escola, como que eu procedo? Eu sou diretor da escola, sou professora, sou aluno, o que eu tenho que fazer? Tenho que me esconder? Tenho que sair? Eu aviso a escola inteira? Eu não aviso? Quando é a situação para evacuar? Quando é a situação para fechar a escola? A gente precisa ter esses protocolos para a escola não se sentir perdida no que fazer e estar preparada para, pelo menos, diminuir os danos.

Vendo algumas escolas, inclusive, da rede municipal que passaram por situações bem problemáticas, nessas últimas semanas, eu vi que esses protocolos ainda não existem. Quero cobrar publicamente a Secretaria para que eles sejam feitos, mas também quero cobrar que sejam feitos com responsabilidade, porque um protocolo malfeito pode causar mais danos do que protocolo nenhum.

Ainda em termos desses protocolos, um protocolo de pós evento. Aconteceu algo, teve alguma vítima, como que nós vamos acolher essas pessoas? Como que nós vamos acolher os pais, as mães, a comunidade escolar como um todo? Como vamos identificar pessoas que estão sofrendo mais do que os outros com isso? É essencial ter esse protocolo, esse em especial agora.

Eu estou acompanhando uma das escolas da rede municipal, onde não aconteceu nenhuma vítima, mas sim um fato que foi muito perturbador, quase uma tragédia. A escola está com dificuldade em saber se pode adiar as provas. A gente tem que perguntar para fulano, sicrano e beltrano. Vamos pensar em um protocolo menos burocrático para isso. Quem vai acolher aquelas pessoas? Qual é a pessoa da rede que nós vamos acionar para fazer um cuidado terapêutico? Terapêutico não é a escola, é a Saúde para fazer isso. A gente tem que saber quem acionar, como acionar e quem cobrar se isso não for acionado. Inclusive, quero colocar o papel da Defensoria Pública para cobrar isso, caso não aconteça.

Por fim, de novo, reiterar a necessidade de que soluções têm que ser encontradas ouvindo técnicos, ouvindo pessoas que estudam, a comunidade, os estudantes, sem que elas

sejam baseadas no pânico ou interesses outros.

Ressaltar, de novo, a necessidade de que a gente não tenha segurança armada nas escolas, isso é uma prioridade neste momento na discussão em São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Ótimo, Dr. Gustavo, são boas as suas colocações. Parabênzo, novamente, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo que cumpre o papel fundamental na defesa dos direitos fundamentais dos paulistanos e paulistanas.

Vou passar para o Vereador Dr. Nunes Peixeiro, porque ele quer fazer um aparte na fala do Dr. Gustavo.

**O SR. DR. NUNES PEIXEIRO** – Dr. Gustavo, muito boa tarde. É uma satisfação falar com o senhor. Eu falei sobre o Botão Alerta SP, acho que o senhor ficou com algumas dúvidas.

É o seguinte, o que nós temos é que o botão deve acionado por cinco gestores da escola, que são os cinco principais, como diretores, gestores. Não será disponibilizado para todos os profissionais da escola. Seria para os cinco que estão à frente da gestão da escola. Uma vez o dispositivo acionado, será enviado aviso diretamente para a GCM, para a Polícia Militar e para o SAMU. Porque se o caso for médico, o SAMU chegará em cinco minutos, assim como as demais equipes de segurança.

Sei que várias outras medidas devem ser tomadas, mas essa já foi apresentada, inclusive, já passou pela Casa. Acredito que em um curto prazo estará implantado em todas as escolas, em conjunto também com o estado, porque em se tratando de Polícia Militar, envolve o estado.

Uma coisa que julgo bastante positiva é que, através da apresentação desse dispositivo, vai aumentar em 50% o efetivo, tanto na GCM quanto na Polícia Militar nas escolas. Na medida em que as viaturas transitam de uma escola para outra também acredito que vai melhorar, inclusive, a segurança nas ruas.

Eu fiz esse comentário, mas repito que o botão de alerta será disponibilizado apenas para cinco pessoas da escola que receberão treinamento mais adequado. Não será para todos

os que estão na escola, mesmo porque isso poderá gerar pânico se não tiver um certo preparo.

Por esse motivo, apenas cinco pessoas terão acesso ao dispositivo.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Vereador Nunes Peixeiro. Vou passar a próxima fala para a representante do Sedin, a Sra. Sheila Mendes da Silva.

**A SRA. SHEILA MENDES DA SILVA** – Boa tarde a todos e todas, boa tarde ao Vereador, Auditor-Fiscal, Celso Giannazi.

A construção dessa fala de ódio e de tudo isso que a gente está vivendo vem, desde 2016, com o golpe contra a nossa Presidenta Dilma. De lá para cá, só vem aumentando.

Os nossos professores, os educadores, os profissionais da educação e as nossas crianças vêm sofrendo *bullying* na escola. Uma coisa que precisa ser falada, estudada e cuidada dentro das nossas escolas é a falta de políticas públicas para a saúde mental dos nossos profissionais de educação.

O Prefeito lançou em 13 de abril o Decreto 62.312, criando o Comitê de Proteção Escolar. Tudo feito assim: mágica. Sem a participação das entidades sindicais, do Crece – Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola, da comunidade escolar, de quem está no chão da escola. Só com quem está no gabinete não adianta, porque tem de conversar com a comunidade escolar. Isso a gente cobra.

Somos completamente contra polícia armada dentro das escolas, até porque a gente sabe que, na nossa sociedade, quem morre na mão da polícia? São os pretos e os pobres. São esses os que morrem nas mãos da Polícia Militar. Então somos completamente contra a Polícia Militar dentro das escolas.

Sabemos também que sem investimentos, não há construção de políticas públicas. Investimento em ronda escolar, também regulamentar a Lei 13.935 que prevê, sim, o atendimento de psicólogos e assistentes sociais nas unidades escolares.

Falta a regulamentação dessa lei, porém também discutimos no Sedin, onde eu sou diretora, que temos de ter o cuidado para não colocar esses psicólogos e assistentes sociais

dentro das escolas e começar a medicalizar as nossas crianças e adolescentes. Não é isso que queremos, mas sabemos que vem acontecendo, e muito.

Com esse adendo, com esse cuidado nós pedimos, sim, atenção para a saúde mental da nossa comunidade escolar.

Precisamos de um diálogo aberto com a família, escola e governantes. A escola não vai resolver um problema que vem da sociedade. Os ataques têm sido não nas escolas, mas contra as escolas. A gente sabe de onde vem esse discurso, porque a escola é onde a gente traz o adolescente para pensar, para abrir sua mente. Sabemos que há governantes que não querem isso. É muito mais fácil atacar escolas de onde vai sair a nossa liberdade de expressão e a nossa luta.

Para finalizar, quero deixar para esta Casa, que a gente sabe que há um projeto de lei de um Vereador que não é muito querido, ele não gosta muito dos servidores públicos e de professores, principalmente. Nós não queremos treinamento para sermos ninjas dentro das escolas. Nós não queremos isso. É absurdo um projeto de lei que vem propor que tenhamos treinamento com a Polícia Militar para saber como agir dentro das escolas. Nós queremos saúde mental para o servidor público, um HSPM que atenda com qualidade e dignidade os servidores públicos. Nós queremos diálogo, a construção de um grupo de trabalho que converse com o chão da escola, e não com os iluminados dos gabinetes.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Sra. Sheila.

Agora, vou passar a palavra, de forma *on-line*, ao professor da rede municipal, diretor de escola municipal, mestre e doutor em educação, membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, o Deputado Carlos Giannazi.

**O SR. CARLOS GIANNAZI** – Bom dia, Vereador Celso Giannazi. Bom dia a todas as pessoas que estão participando desta importante audiência pública.

Quero cumprimentar os Vereadores, as entidades, as educadoras, os educadores, enfim. Eu gostaria muito de estar aí, presencialmente. Porém, estou na USP de São Carlos, em

uma creche da universidade, ameaçada de ser terceirizada. A Universidade de São Paulo tem várias creches e há um movimento, também, da Reitoria, na tentativa de terceirizar – e, inclusive, já está terceirizando uma delas, que é a creche central da Cidade Universitária, entregando o prédio para a Prefeitura de São Paulo, que vai provavelmente levar uma OS, uma Organização Social, dando continuidade à privatária tucana das creches em São Paulo, o que já virou um verdadeiro escândalo. Nós temos a máfia das creches na cidade de São Paulo, que é investigada pelo Ministério Público, pela Polícia Federal e pela Polícia Civil, mas não é esse o tema, aqui. É por isso que não estou aí, presencialmente. Terminei agora a reunião na USP de São Carlos.

Quero dizer que estamos acompanhando e preocupados com essa questão da violência contra as escolas ou da violência às escolas. Aí, quero falar, não como Deputado Estadual, Celso, mas como professor, como diretor de escola. Sou, ainda, integrante da Rede Municipal de Ensino, da carreira do município. Trabalhei por muitos anos na rede estadual e também em universidades em São Paulo. Nós sempre tivemos algum tipo de violência nas escolas. Quanto a isso não há dúvidas, mas eu quero me referir a esse tipo de violência que nós estamos tendo, agora, contra as escolas. É uma violência muito grave porque ela está matando pessoas e essa é uma violência política, produzida, elaborada. Não temos dúvidas de que ela tem a ver com o contexto político que nós estamos vivendo, sobretudo com o crescimento das células nazifascistas no Brasil, que são muitas, e são esses grupos que já estão propagando há um bom tempo, pelo menos nos últimos seis anos, o discurso do ódio, da intolerância, do machismo, da homofobia, da transfobia, do racismo. Esses grupos se organizaram e utilizam as redes digitais. Não há dúvidas de que há um estímulo.

Eu tenho dito que o 8 de janeiro não terminou, ainda. Há um livro do Zuenir Ventura, *1968: O ano que não terminou*. Também tem o 8 de janeiro, que não terminou, que foi a tentativa de golpe. Esses grupos protonazifascistas, que estão, ainda, com muita força no Brasil, agora estão atacando – ou tentando atacar – as escolas, estimulando esses ataques às escolas, que já estavam sendo atacadas pelo movimento que nós derrotamos, o movimento Escola Sem Partido, que, na verdade, era uma tentativa de introdução da mordaza e da censura nas nossas

escolas, uma tentativa de interditar as aulas e o projeto pedagógico da escola, referente ao debate sobre esses temas que eu citei, sobre a questão da sexualidade, da diversidade e do respeito à sexualidade, a questão do racismo e a questão da violência contra as mulheres. Eles tentaram e tentam, o tempo todo, interditar os projetos pedagógicos que trabalham nessa direção, da produção de uma educação libertadora, emancipadora. Eles os atacam o tempo todo, mas, neste momento, é mais do que nítido para nós e já está provado que são esses grupos que estão ou estavam estimulando isso.

Tanto é que, com uma ação correta do Governo Federal e do Ministério da Justiça, houve, já, a diminuição. Muitas pessoas foram presas. Muitas células foram, já, desativadas. A Polícia Federal agiu com rigor e rapidamente. Tanto é que caiu, já, o número. A última pesquisa mostrou o que ocorreu com as ações feitas, agora, pela Polícia Federal, desmantelando vários desses grupos, e com a ofensiva feita, também, pelo Governo Federal, em cima das plataformas, das empresas que controlam as plataformas, exigindo que elas fizessem esse controle.

Foi um absurdo o que o Twitter fez. Vocês acompanharam isso. O Twitter não queria retirar quase 600 perfis de pessoas ou grupos estimulando os ataques às escolas para matar professores e alunos. Depois, houve uma grande pressão. O Twitter voltou atrás e os retirou, mas esses grupos estavam promovendo os ataques a céu aberto, no Facebook, no TikTok, no Twitter. Então, houve uma ação importante nesse sentido. Porém, esses grupos continuam ativos. Temos de tomar muito cuidado.

Agora, nós temos de exigir, também, o fim da superlotação de salas. Nós temos de exigir o cumprimento da lei federal que foi aprovada em 2019 no Congresso Nacional, que garante o acompanhamento, a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas do Brasil. O projeto foi aprovado no Congresso e foi vetado pelo Bolsonaro. Vocês se lembram disso. Depois, nós derrubamos o veto, por meio de mobilização, e virou lei federal.

Nós temos de valorizar os servidores da educação – todos, logicamente, mas, sobretudo, os servidores do quadro de apoio escolar, pois eles cumprem um papel muito importante nessa prevenção. Nas escolas, em geral – eu digo, na rede estadual, por exemplo –

, os módulos não são completos. Faltam muitos servidores e eles ganham salários extremamente arrojados. Então, nós temos de fazer a valorização desses servidores em todos os níveis – a valorização salarial, funcional, da jornada de trabalho, a chamada dos que foram aprovados nos concursos públicos –, porque eles conhecem a comunidade. Eles abrem as escolas. Eles as fecham. Eles se relacionam com os alunos. Não adianta colocar um policial armado dentro da escola, porque ele não tem esse contato. Quem tem é o profissional da educação.

Nós temos de resgatar projetos que ajudavam muito, por exemplo, na rede estadual, como o Escola da Família. Esse projeto ajudava. Ele foi quase extinto, hoje, pelos governos de São Paulo. Nós tínhamos a presença do professor mediador, que também desapareceu quase completamente da rede pública de ensino. Esses programas, esses projetos, ajudavam bastante, mas houve um desmonte. Então, a violência só aumenta.

Há a violência interna, logicamente, mas o Governo tem de cumprir o seu papel. Há as violências institucionais, também, que acabam aprofundando a violência contra as escolas e dentro das escolas. Por exemplo, não podemos deixar de falar da violência que é o Novo Ensino Médio, que sequer foi aprovado. Foi por Medida Provisória, o que foi outra violência do Governo Temer contra a educação brasileira. Esse projeto tem de ser revogado. É um absurdo. Eles tiram do currículo escolar matérias importantes, que podem ajudar no combate à violência, também, como filosofia e sociologia. Na filosofia, há ética, por exemplo. É um conteúdo da disciplina. Há sociologia, história, geografia. Várias dessas disciplinas foram retiradas da grade curricular, no último ano, nos dois últimos anos do Ensino Médio.

Então, são várias as questões, mas sobretudo nesse momento é importante a gente entender que trata de um ataque deliberado, que estimula franco-atiradores, lobos solitários, pessoas ressentidas, pessoas mal resolvidas a fazerem esses ataques. Há estímulos desses grupos. Então a extrema direita produziu e continua produzindo um discurso de ódio, de intolerância e de violência. O discurso da morte. E sobretudo contra a escola, contra as mulheres, contra as professoras, porque é um movimento, também, extremamente machista. Eles continuam ativos.

Vocês viram o que aconteceu ontem na Câmara dos Deputados, no Senado Federal com o nosso Ministro Silvio Almeida, quando aquele famigerado Senador Dirão foi entregar uma miniatura de um feto de 11 meses. Aquilo é um discurso de ódio, de intransigência. É isso que está sendo produzido hoje no Brasil pela extrema-direita, pró-nazi fascista. É ela que está atacando nossas escolas. Não podemos perder a dimensão política, ideológica desses ataques as nossas escolas. Estamos reagindo. As escolas estão reagindo, as entidades representativas do magistério, os parlamentares comprometidos com a causa.

Então, há uma forte reação, mas sobretudo essa reação do Governo Federal foi fundamental para que houvesse a diminuição drástica dessa violência. Porque houve desmantelamento. Foram mais de 500 prisões em todo Brasil de pessoas ligadas a esses grupos. Perfis foram desativados nas redes sociais, em várias plataformas. Esse é um movimento importante do Governo Federal que temos de aplaudir e exigir que esse movimento permaneça ativo. E a aprovação da própria lei contra a *Fake News* que está em debate, hoje, no Congresso Nacional vai nos ajudar bastante e exigir do governo investimento em Educação.

Encerrando, Sr. Presidente Vereador Celso Giannazi, quero cumprimentar e dizer que foi muito importante a iniciativa de promover, pela Comissão de Educação, essa audiência pública. A Prefeitura de São Paulo tem que debater esse tema. É fundamental que a rede municipal faça também esse enfrentamento.

Digo, só para terminar, que em São Paulo, o governo Tarciso de Freitas anunciou, recentemente, que vai cometer um crime contra Educação. Ele vai atacar a Educação. Vai dar um golpe na Educação Estadual. Vai reduzir o orçamento da Educação Estadual de 30 para 25%. Vai mudar a Constituição Estadual e logicamente, que não vamos deixar. Vamos resistir na Alesp, para que isso não ocorra, mas quero fazer um chamamento a toda sociedade, para que a gente acumule forças e organize movimentos contra.

Ele vai retirar 10 bilhões de reais da Educação, de uma rede sucateada, degradada, que não paga o piso nacional salarial dos servidores da Educação, do magistério que tem um dos piores salários do Brasil, que tem mais de 100 escolas de lata. Ele disse que está sobrando

dinheiro na Educação, por isso ele vai retirar 10 bilhões de reais. É uma das maiores violências a escola pública do Estado de São Paulo, mas haverá luta e resistência. Queremos contar com apoio de todos vocês.

É isso gente.

Muito obrigado. Parabéns, Vereador Celso Giannazi pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Professor Deputado Carlos Giannazi pela participação, por estar trazendo essa experiência que V.Exa. como Deputado Estadual, fez esse grande enfretamento na Assembleia Legislativa derrotando Escola Sem Partido no âmbito estadual. Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Soares, da Aprofem.

**O SR. PAULO SOARES DA ROCHA** – Bom dia a todos.

Sou Paulo Soares da Rocha, Diretor da Aprofem, Auxiliar Técnico de Educação, da Rede Municipal de Educação, aposentado há um ano e meio. Ingressei na Rede em 1984.

Nós tínhamos uma Rede, apesar da época política desse país, tínhamos condições de trabalhar, porque tínhamos dentro da unidade escolar, profissionais suficientes para trabalhar. Vivi esses 35 anos de Rede assistindo o desmonte da educação pública nessa cidade. O desrespeito para com a comunidade escolar, para com os profissionais de educação, até chegarmos nos dias de hoje. Por que que nós chegamos a termos que nos reunir para discutir um assunto desnecessário? Não é possível, não seria preciso estarmos aqui, se esse governo, a Prefeitura, a SME tratasse a Educação como deve ser tratada.

Professora Taize, me desculpa, não leve para sua pessoa, mas o que eu vou dizer agora, é o que eu tenho dito em muitas oportunidades de falar sobre Educação, enquanto sindicalista. Vivemos a administração do pior Secretário Municipal de Educação que esse município já teve, ao meu conhecimento. O Secretário, quando procurado, quando precisa aparecer ou precisa falar, some, desaparece. Escolas onde tenho relatos pelo Sindicato, eu atendo professores, profissionais da educação com diversos problemas. Um dos problemas que temos atendido, ultimamente, são de servidores agredidos moralmente, verbalmente,

fisicamente. Em nenhum – casos graves – o Secretário não deu a cara, nem para dizer que estava solidarizando-se com aquele servidor ou com aquela comunidade escolar. Começa por aí a omissão e a negligência da administração pública da Educação, nessa cidade.

Fico feliz, embora que em poucos números, deveria ter gente dos quatro cantos da cidade de ver os estudantes na nossa frente. Lá na ponta, se você tiver a consciência política, se os colegas de vocês tiverem consciência política de participar, como vocês hoje, nós podemos mudar. Porque é no diálogo. Não é policial armado dentro da escola, não é o servidor, o diretor ou o inspetor truculento que vai resolver o problema da segurança das nossas crianças e dos nossos profissionais de educação.

Precisa, sim, de uma política forte da SME, fortalecer o seu corpo docente dentro da unidade. Quantos diretores de escola eu vi nos últimos dias, estar no portão atendendo – deixando de fazer suas funções administrativas – está no portão da escola recebendo alunos porque ele não tem um ATE, não tem um agente escolar, não tem um vigia na escola. Quais são as políticas de SME? Terceirização. É muito bonitinho eu falar para a sociedade, para a pessoa que está com sua criança dentro da escola: “olha, a sua criança está bem guardada”. Temos a mulher que faz a merenda que vem da empresa; o segurança que vem de outra empresa; a faxina é feita por tal empresa. Desmonte do serviço público. Desvalorização do servidor público. Isso precisa acabar. Esse é um ponto.

Política social para que as nossas crianças, nossos adolescentes cresçam como ser humanos, respeitando uns aos outros. Essa política é feita dentro da escola. E uma das formas de fortalecer essa política é resgatar, fortalecer a gestão democrática da unidade. Há pouco tempo, tínhamos uma comunidade participativa dentro das escolas. Hoje, não.

Hoje parece que estão querendo colocar o cabresto de volta na sociedade, porque o povo lá na ponta não pode saber o que acontece na licitação pública. O povo lá na ponta tem que ficar caladinho, cumprir o seu horário dentro da escola. Não se obriga mais, não se traz mais as famílias para dentro da escola com o intuito de mostrar qual é o papel de cada um na comunidade escolar. A escola não foi feita para ensinar ao aluno que comer de boca aberta é

feito, isso é em casa, está faltando a escola fazer a integração e mostrar, puxar para família a responsabilidade dela, o pai e a mãe têm que ter responsabilidade com seus filhos.

Perdoem-me, muitos vão me criticar o que eu vou falar agora, mas eu sou do tempo que meu pai e minha mãe eram obrigados ao feijão e arroz, eu sou do tempo que o professor era meu ídolo, eu sou do tempo que os meus amigos de escola eram meus ídolos. A gente ia para escola com alegria e ainda que numa sociedade racista, preconceituosa, nós construímos a convivência social através do esporte, através do Grêmio, muito importante a participação política dos alunos.

Então, senhores, quando a gente vem aqui para falar, antes de mais nada, parabéns por estar com seus alunos hoje aqui, professora, quando a gente vem para tratar desse assunto, é muito cansativo a gente ficar repetindo muitas coisas nas falas das pessoas que pegam o microfone, mas infelizmente a repetição tem que acontecer, porque mesmo com essa repetição, esse Governo ainda não acorda.

E, mais uma vez, eu digo: está na hora de termos uma política participativa por parte dos gabinetes, não é o gabinete mandar ofício para as DREs, para as DREs mandarem para escola para cumprir determinações. Alguém disse, acho que foi a Sheila, a questão do chão da escola, gabinete, quem está no gabinete, com todo respeito não estou desmerecendo quem está no gabinete, mas precisa estar mais na porta e dentro da escola, conhecer, saber a individualidade de cada unidade escolar. Saber que lá, na Cidade Tiradentes, é uma coisa; trabalhar na Fradique Coutinho é outra. Os problemas sociais estão nas duas, não é porque lá é periferia e Fradique é Centro não, é porque o conceito de sociedade está se perdendo por falta de políticas públicas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Paulo, muito boa as suas considerações.

Eu estou vendo a presença também da Profa. Margarida, que é Vice-Presidente da Aprofem, está presente. Eu gostaria de chamar, agora, uma representante do Crece, do

Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola, a Sra. Cecília Teixeira, que é mãe de estudante. Está com você a palavra, muito obrigado pela presença.

**A SRA. CECÍLIA TEIXEIRA** – Agradeço, em nome do Crece, o convite e o espaço de fala. O Crece é o Conselho de Representantes de Conselhos de Escola e, portanto, é um grande defensor e fomentador da gestão democrática. Eu acho que o fundo ideológico desses ataques já foi bem explorado, esse domínio do discurso de ódio na nossa sociedade da extrema direita na internet, os conteúdos, nas *fake news*, então eu vou trazer um pouquinho para a realidade da comunidade escolar.

Hoje, os Conselhos são muitas vezes apenas pautados pelas burocracias que vem da Secretaria e temos muito pouco tempo, muito pouca condição para discutir os problemas reais que acontecem ali na nossa comunidade, e isso é um grande reflexo da precarização que temos vividos nas escolas. Pouca gente, pouco trabalhador para dar conta de todas as necessidades, de todas as demandas que temos.

Nesse sentido, da sobrecarga dos profissionais, eu queria trazer o silenciamento por parte da Secretaria Municipal de Educação desde o começo desses episódios tão tristes, que deixou as escolas e as comunidades completamente desamparadas, desorientadas, e sem poderem falar também. A gente sabe que tem essa delicadeza, que não podemos expor determinadas coisas, mas a gente pode falar sobre o assunto, a gente precisa que as escolas sejam orientadas. Então, a SME precisa aparecer, precisa falar para a sociedade, precisa falar não só com as escolas, não só com as DREs, mas com a comunidade toda. E não foi o que aconteceu, como na pandemia, também sentimos esse silenciamento, também sentimos esse abandono.

No último feriado de Páscoa, as escolas sofreram. Principalmente, as comunidades, os grupos de mães, de WhatsApp, vivenciaram um período de terror – em vez de ser um feriado festivo, foi um feriado que ficamos recebendo ameaças pelo WhatsApp; ameaças em relação às escolas dos nossos filhos. Foi um final de semana de muito medo, muito pânico, muita circulação de *fake news* e as escolas tiveram que lidar com isso praticamente sozinhas, sem uma

orientação, sem um comunicado, um posicionamento público da Secretaria Municipal de Educação.

Vemos, por outro lado, o Governo Federal se manifestando, se organizando, falando publicamente, traçando políticas públicas, enquanto aqui, na nossa cidade, o Secretário de Educação não consegue receber o Crece, não recebe os sindicatos. A gente tenta solicitar reunião e quem recebe a gente não consegue dar uma resposta. Os Creces e os sindicatos não foram convidados para participar da Comissão de Combate à violência da Secretaria, então é muita falta de diálogo.

Para piorar, nosso Prefeito, na coletiva do grupo interministerial do Governo Federal, citou o abraço às escolas no dia 20 e as Mães Guardiãs como política pública de aproximação da comunidade com a escola. Isso é uma fala de um absurdo tão grande. Primeiro, que o abraço as escolas foi uma iniciativa pontual de algumas escolas que se mobilizaram, que tiveram essa iniciativa para unir a comunidade naquele dia de medo, isso não foi a maioria das escolas, a maioria das escolas vivenciaram um dia de medo e esvaziamento. As mães estão com medo de mandar as crianças para as escolas. Vimos, desde o primeiro episódio, lá, um grande esvaziamento das escolas. Outro ponto, que são as Mães Guardiãs: valorizo muito a presença dessas mães, é um projeto que ajuda nesse momento de necessidade, mas, de forma alguma, essas mães têm que carregar essa responsabilidade nas costas de trazer a comunidade para dentro da escola. Esse é o papel da escola como um todo, isso é o papel do Conselho de escola, do Crece Regional e do Crece Central, que são os representantes legítimos da gestão democrática.

Então, nesse sentido, é importante que a Secretaria quebre esse silêncio, quebre essa barreira que foi criada, receba os Creces, receba a comunidade escolar e comece a dialogar com a população porque ficar da forma como está é muito, está grave.

Era isso que eu queria falar. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Cecília que é do Crece, importante a sua participação e os seus posicionamentos, de fato, é muito preocupante o que

está acontecendo.

Vou passar para a nossa professora da rede municipal, já foi diretora da rede municipal, atualmente é supervisora da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, está há mais de 20 anos na rede municipal de São Paulo e hoje está como Deputada Federal, representando São Paulo. É a primeira integrante da Educação, Professora, que nos representa no Congresso Nacional, Professora e Deputada Luciene Cavalcante, também, é Membro da Comissão de Educação da Câmara Federal. Tem a palavra V.Exa.

**A SRA. LUCIENE CALVALCANTE** – Obrigada, Vereador Celso Giannazi.

Primeiramente, quero cumprimentá-lo e, na sua pessoa, todos da Mesa. Quero dizer da importância da iniciativa desse debate. É um debate que estamos fazendo no Congresso Nacional, inclusive, ontem de manhã, fizemos uma audiência sobre esse tema na Comissão de Educação da Câmara.

Muito já foi falado, eu vou procurar ser bem sintética na minha fala trazendo outros elementos que talvez não tenham sido abordados, ainda.

Hoje é o Dia Nacional em Defesa da Educação. É um dia muito importante para todos que defendem a escola pública. E fazer esse debate, um debate que já foi muito pontuado, é muito importante que a gente reforce que esse tipo de violência é um tipo de violência diferente. Não é o que, infelizmente, acontece de forma cotidiana nas nossas escolas.

Estamos falando de um ataque criminoso, organizado fora da escola, que invade a escola, por elementos históricos, sociais da nossa construção, enquanto Nação, podem ter elementos que retroalimentem essa situação, mas estamos falando de um tipo de violência extremamente específica, que já matou mais de 40 pessoas no nosso país, deixou mais de 80 pessoas feridas. Foram mais de 18 ataques desse tipo. Começou, no nosso país, em 2000. Isso é importante, por quê? Porque tudo que a gente for falar, tudo que a gente for propor para fazer o enfrentamento e a superação dessa situação de violência contra escola, precisa localizar muito bem do que a gente está falando.

Fazer essa discussão – como já foi falado e vou reforçar, porque estamos nesse

momento de debate das políticas públicas nacionais, a questão do PL das *Fake News* tem a ver com esse enfrentamento, com essa superação e a discussão do arcabouço fiscal. Tem a ver com essas políticas, com esse enfrentamento e com essa superação da violência.

Precisamos aprovar o projeto da *Fake News*, porque as plataformas digitais precisam ser responsabilizadas. Inclusive, precisa ter a tipificação desse tipo de crime que ainda não existe no nosso país. Elas precisam fazer o movimento preventivo dessas articulações que ocorrem nesses fóruns que ficam na *Deep Web*, enfim, todas essas formas de organização das *Bit-Tec*. Inclusive, aprovamos uma audiência pública na Câmara chamando as *Bit-Tec*, que são as “donas”, representantes legais dessas plataformas, para poder fazer esse debate diretamente com eles.

Então é necessário e nós apresentamos quatro emendas ao relatório do Deputado Federal Orlando Silva, Relator do projeto das *Fake News*. Quando esse projeto surgiu, ele não tinha essa temática tão forte da violência contra escola. Então, propomos quatro emendas que vão tratar e levar esse PL das *Fake News* para fazer o enfrentamento e a superação desse tipo de violência.

Com relação ao arcabouço fiscal, se é algo complexo que demanda diferentes investimentos, demanda ação de diferentes Secretarias – se a gente pensar como cidade de São Paulo –, que vão ter que atuar, nós vamos ter que tirar do teto e da banda de gastos essas políticas; porque tem o teto e tem a banda agora. Porque, senão, a gente não vai conseguir implementar o que precisa ser feito.

Então, é muito importante que nesse debate do Orçamento, que também vai chegar na Câmara, a gente tenha o comprometimento de todos os parlamentares no sentido de garantir recursos. Porque, se a gente faz as políticas, mas não tem como implementá-las, elas não acontecem e ainda no nosso país, por exemplo, tem a Lei 13.935, que é a que garante, desde 2009, a obrigatoriedade de assistentes sociais e psicólogos em trabalho com as escolas.

Os sistemas de ensino têm autonomia para dizer como eles vão fazer isso a partir da sua trajetória, mas tem que ter esses profissionais. E, como não tem uma sanção nessa lei, os

prefeitos e governadores acham que eles não têm que cumprir. Inclusive, a gente já oficiou – eu com o Vereador Celso Giannazi e o Professor Carlos – o Governador e o Prefeito do nosso estado e da nossa cidade para que eles nos digam como está a implementação dessa lei, porque eles precisam contas públicas.

Mesmo essa outra solução que foi apresentada, a do botão do pânico, como o Celso lembrou, eu entrei na rede municipal no ano de 2000, com 19 anos – aí, vocês fazem as contas, né. Eu já tinha trabalhado 5 anos. Desde que eu entrei no magistério, eu já fui para as escolinhas particulares para trabalhar como professora; eu conheço muito bem. Depois, fui por 7 anos professora concursada da Prefeitura, 10 anos diretora de escola. Depois, desde 2017, na Supervisão Escolar.

Aí, fico pensando, como pessoa da rede que saí agora, fui para o Congresso: tem várias regiões na nossa cidade em que ainda a internet e o *wi-fi* não pegam. Eu queria saber – e aí já estamos questionando também a Secretaria Municipal de Educação – como ela vai implementar esse botão. Se vai ter aparelho celular para esses profissionais, se eles vão ter que usar os aparelhos deles como fizeram durante a pandemia. Como vai ficar o pagamento dessa conta da internet?

E, aí, como Supervisora e Diretora de escola, a gente está falando de crime quando a gente fala desses ataques. Estamos falando de homicídios e tentativas de homicídios. Como fica isso, legalmente, eu responsabilizar esse gestor para que ele tenha essa responsabilidade? Não sei se vai ser só com ele, porque não tem ainda, acho que teria que ter uma instrução normativa para que a gente possa entender qual é a expectativa do Secretário dentro das nossas atribuições legais.

E, aí, quando a gente pensa na nossa rede, 4 mil escolas; dessas, mais de 2 mil terceirizadas... As creches são formadas basicamente por professoras, a merendeira, a auxiliar da limpeza, uma diretora e uma coordenadora. Não há a figura do quadro de apoio, não tem inspetor, não tem vigia. São só 2 gestores para uma escola que funciona o dia todo para atendimento dos nossos bebês e das nossas crianças. Como vai ficar a situação e a

responsabilização nesse caso dos CEIs terceirizados, que têm uma outra realidade?

E aí, também, como é que fica essa política para as escolas privadas? Porque elas são uma concessão pública. Então, a Prefeitura também vai ter que acompanhar essa situação nas escolas privadas e porque a gente dá a autorização para o funcionamento e acompanha como é que está esse funcionamento. Então, a gente tem várias questões que a gente precisa debater.

A gente apresentou várias medidas lá no Congresso Nacional, desde o pedido da CPI, que é para gente investigar como que os governos têm atuado na prevenção e depois que acontecem essas tragédias. A gente apresentou e já dialogou com vários ministérios, inclusive a proposta de fazer um GT integrado foi acolhida.

E, por último, a gente apresentou um projeto de lei que é o 2074, que foi um projeto de lei escrito por várias mãos. É um projeto muito longo, que propõe um programa de enfrentamento e superação dessa violência e ele vai passando por várias situações. Muitas já foram faladas, mas eu quero chamar atenção para uma que está no projeto. Você é profissional da educação, você está ali, temos profissionais contratados que estão na rede, você tem os funcionários da rede direta, enfim.

Tem casos, gente, olha que absurdo, de uma professora que foi esfaqueada no interior do Estado de São Paulo. Como ela era a professora contratada e não tem vínculo, ela precisou tirar licença. Como a gente tem um ataque brutal aos direitos trabalhistas, a gente não pode mais tirar a licença porque senão você é mandado embora. É assim que funciona hoje em dia. Essa professora foi mandada embora. Vocês estão percebendo?

Então esse projeto também trata dessa situação desses profissionais e também dos reparos e dos danos dos nossos estudantes que estão ali, que era para ter o direito a uma escola segura e saudável.

Com isso, eu já vou encaminhar para o final, porque o projeto debate essa questão e esse debate é feito através desse conceito. Acho que é isso que a gente tem que disputar nas nossas narrativas. O que é uma escola segura e saudável, que é o nosso direito, que é o direito

da nossa sociedade? A gente apresenta o que é uma escola segura e saudável no Artigo 20.

Então, é uma escola que está livre de qualquer tipo de violência – violência física, psicológica, simbólica e discriminatória por questões gênero, cor, raça, etnia, religião, origem ou orientação sexual – devendo ser observado pelo Estado: o preenchimento completo dos quadros de Recursos Humanos; o cumprimento do Piso Nacional do Magistério com repercussão na carreira; o cumprimento da data base dos profissionais; o cumprimento do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal; o respeito ao limite de alunos por turma; o apoio à inclusão escolar, conforme a lei brasileira de inclusão; condições prediais aptas ao oferecimento das atividades escolares; o oferecimento de alimentação saudável e adequada; a disponibilização de material didático e literário; a gestão democrática; e o fortalecimento da rede de proteção.

Toda a literatura que trata dessa questão de enfrentamento, de superação desses ataques contra as escolas vai nos dizer que no mundo onde essas medidas tiveram sucesso e elas vão se fortalecendo é quando essas ações são feitas a partir do princípio democrático, ouvindo as pessoas, discutindo. Por isso é tão importante a audiência pública respeitando as organizações, o território, a especificidade do projeto político daquela escola, daquela região. Vão dizer que os detectores e policiais armados nas escolas não impediram e não foram eficazes no enfrentamento dessa política – foi divulgada essa pesquisa na imprensa – e que a gente precisa do fortalecimento da rede de proteção.

Sobre o fortalecimento, muito se fala da formação e da capacitação que nós, da educação, temos que ter para entender e compreender esse tipo de violência e como que a gente enfrenta, mas eu entendo que os policiais, além dos assistentes sociais, os conselhos tutelares, as unidades básicas de educação e todos os equipamentos responsáveis por fazer o enfrentamento e a superação dessa violência também precisam de uma formação específica, inclusive os legisladores, os parlamentares, para sejam tomadas decisões que, de fato, salvaguardem a vida e a dignidade das pessoas que enfrentam o chão da escola.

Para terminar, eu gostaria de saber se a Defensoria Pública nos acompanha.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Sim, o Gustavo ainda se encontra presente.

**A SRA. LUCIANE CAVALCANTE** – Dr. Gustavo, eu, uma mulher branca de 43 anos, gostaria de saber se a Defensoria Pública também vai fazer um movimento de escuta da sociedade, abrindo esse órgão para ouvir a comunidade escolar, os profissionais da educação, os estudantes e as mães, para que, juntos, nós possamos pensar em outras maneiras de atuar firmemente com as leis que já existem, que obviamente estão sendo descumpridas, para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Muito obrigada, Deputada Luciane Cavalcante. Parabéns pela iniciativa desse projeto de lei, importante para este debate que está sendo travado neste momento.

O representante da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, o Sr. Josué de Andrade Mello, Chefe de Gabinete da Secretaria, está presente?

**O SR. JOSUÉ DE ANDRADE MELLO** – Sim. Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado pela presença, Sr. Josué.

Alguns debates já foram travados na Comissão, composta por parlamentares que têm uma opinião diferente e querem apresentar projetos que permitam guardas armados nas escolas, contratação de trabalhadores da área de segurança privada, como se as escolas fossem bancos.

Também, neste debate, tem sido abordado o fortalecimento da Guarda Civil Metropolitana e dos servidores públicos concursados, já que a origem da GCM é a guarda de escolas. Então, essa discussão passa pelo fortalecimento da Guarda Civil Metropolitana, com o lançamento de concursos públicos. Daí a importância do senhor conosco, Sr. Josué.

Tem a palavra.

**O SR. JOSUÉ DE ANDRADE MELLO** – Boa tarde, Vereador Celso.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar e parabenizar V.Exa. pela iniciativa de disponibilização deste espaço democrático de direito e, em seu nome, cumprimentar todas as autoridades anunciadas. Cumprimento ainda os representantes dos sindicatos, das associações,

o público presente e o público que nos assiste virtualmente.

Além de inspetor e superintendente da Guarda Civil Metropolitana, estou como Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Eu frequentei escola pública municipal, estadual e...

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Sr. Josué, só fazer um aparte. O senhor está com a câmera, a câmera está fechada, se pudesse abrir para a gente, por gentileza.

**O SR. JOSUÉ DE ANDRADE MELLO** – Não está permitindo. Não sei se aí tem algum recurso. A minha está aberta, só que aqui não está permitindo abrir.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Não, aqui não. Aqui está... Então continuamos, Sr. Josué.

**O SR. JOSUÉ DE ANDRADE MELLO** – Posso continuar?

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Sim, claro.

**O SR. JOSUÉ DE ANDRADE MELLO** – Para quem não está me vendo, eu sou homem, branco, cabelos grisalhos e tenho 50 anos.

A Guarda Civil Metropolitana foi criada em 1986. Desde o seu início ela já foi uma corporação uniformizada e armada e, como o senhor lembrou muito bem, a Guarda Civil sempre trabalhou nas escolas, contribuindo com a comunidade escolar, com os professores, alunos. Ela faz todo tipo de socorro, porque nossos guardas são bem treinados. Nós temos nosso Centro de Formação. A carga horária do guarda civil metropolitano é bem extensa, é adequada com as mais diversas matérias, direitos humanos, primeiros socorros, essa é toda uma formação que o guarda civil tem.

Referente ao nosso tema, que é a proteção nas escolas, nós temos, como foi dito anteriormente, o Decreto 62.312, que criou o Comitê de Proteção Escolar. Inclusive, eu faço parte desse Comitê, até há poucas horas eu estava lá, mas tive que sair para dar continuidade, mas ficou outro colega na continuidade dos trabalhos. Qual é finalidade desse Comitê? É fazer a proteção dos equipamentos escolares, em especial dos professores, dos estudantes que estão ali, dos alunos, de todos.

Foi comentado também sobre um protocolo. Com a Portaria 1, a Portaria Conjunta 1, publicada no *Diário Oficial* do dia 18, nós temos dois protocolos. O protocolo de ameaça, que é toda aquela parte de prevenção. Quem quiser... Não vou detalhar, até em razão do tempo. E nós temos o protocolo de ataque. Em cada um desses tem ações de cada um. Inclusive, nesse Comitê, até é bom lembrar, nós temos diversas Secretarias, temos a Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Educação, de Segurança Urbana, de Assistência Social e por aí vai. Então nós temos esse trabalho integrado para melhor atender a comunidade escolar.

Foi feito também, o Prefeito Ricardo Nunes anunciou o botão de alerta SP. Foi muito comentando, ouvi os nossos colegas comentando. É um dispositivo que é instalado no aparelho celular de alguns diretores, de alguns coordenadores e também dos adjuntos, nas mais de quatro mil escolas, como foi bem lembrado pela nossa Deputada. Em casos de ataques, o que ele vai fazer? Ele vai acionar, esse vai abrir um chamado na central da Guarda Civil Metropolitana que, imediatamente, vai disparar uma viatura para atendimento. Lembrando que nós temos também, na Polícia Militar, um representante da Guarda Civil Metropolitana no Copom; nós temos no Centro Integrado de Comando e Controle também um representante da Guarda, então essa comunicação é feita e articulada em tempo real.

Nós temos também um aumento da ronda escolar, principalmente desde março. Nós temos essas viaturas, estão caracterizadas, escrito lá “Ronda Escolar”, para que sejam bem identificadas. Nós tivemos também a criação do Gabinete Integrado de Segurança Escolar, que é com a GCM, a Polícia Militar, a Polícia Civil; todos vão trabalhar de forma integrada nesse Gabinete.

Nós temos um programa específico, o Programa de Proteção Escolar da Guarda Civil de São Paulo, que abrange todas as escolas. Para atendimento dessas escolas nós temos um procedimento operacional padrão. Foi publicado esse procedimento operacional padrão para que os guardas possam saber como eles devem fazer a sua ação em cada escola que eles forem trabalhar.

Então, nós temos algumas formas de policiamento.

Como foi bem lembrado pelo senhor, temos a forma a pé, presencial, na escola; nós temos as formas de policiamento por ronda, nas quais viaturas são despachadas para fazer a ronda nas escolas, e lembrando que as rondas funcionam 24 horas. Então, tem policial de dia e policial à noite. Tudo isso é para trazer tranquilidade, segurança, para a comunidade escolar.

Várias pessoas lembraram do pânico, do desespero que foi causado em razão de possíveis ataques, mas as nossas escolas são seguras. Não houve nenhum caso de ataque em escola municipal. A gente tem acompanhado.

E nós temos o emprego da DEAC, que são aqueles guardas que trabalham no seu dia de folga, aumentando a segurança e o efetivo também nas escolas.

Foi liberado esta semana, pelo Tribunal de Contas, o Smart Sampa. Resumindo, serão câmeras instaladas na frente das escolas para garantir ainda mais a segurança da comunidade escolar. É um programa bem mais extenso, que os senhores podem acompanhar pela internet, porque o nosso tempo é curto.

Por fim, a Guarda Civil contratou mais 1.000 guardas, que estão em formação e até junho, julho, eles já estarão nas ruas e vão reforçar a segurança nas escolas. E houve a liberação do Prefeito também para chamar mais 500 guardas, então serão 1.500 guardas no total.

Um pedido que a Guarda Civil fez à Secretaria Municipal de Segurança Urbana é que não propague as *fake news*, principalmente relacionadas a possíveis ataques nas escolas, como foi lembrado também. E, caso alguém necessite da Guarda Civil Metropolitana, temos um telefone gratuito: 153. Podem ligar, que esse número de atendimento funciona 24 horas.

Estou à disposição para qualquer pergunta, qualquer dúvida.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Sr. Josué, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Todo o nosso apoio aos servidores da Guarda Civil Metropolitana nesse trabalho da ronda escolar, nesse trabalho de apoio às escolas municipais. E a gente tem uma posição muito clara, a gente é contra a contratação de segurança privada, segurança de banco armada para

ficar nas escolas, Sr. Josué.

Precisamos de mais concursos públicos, de valorização dos servidores da Guarda Civil, para que possam dar esse apoio nas escolas.

Eu gostaria de passar a palavra à Sra. Cyntia Russano Silva, professora da rede municipal, uma estudiosa do assunto do *bullying*, autora de livro, que está há muito tempo estudando esse tema.

**A SRA. CYNTIA RUSSANO SILVA** – Boa tarde a todos.

Agradeço a oportunidade de estar falando. Quero parabenizar também parabenizar os alunos presentes. Estou muito feliz com a presença de vocês, porque vocês são as nossas vozes, vocês são a geração que vai mudar o que está acontecendo agora e são vocês também que presenciam a violência específica da qual eu vou falar agora.

Eu sou professora da rede pública há 23 anos, de São Paulo, especialista em *bullying*, autora do livro *Vozes do Bullying* e mãe de um sobrevivente de *bullying*. Sim, é assim que chamamos pessoas que passaram por longos de sofrimento como vítimas dessa violência sistemática que está presente em todas as escolas. Por isso, estamos aqui para falar de violência escolar.

O *bullying* é uma das principais violências que estão presentes no contexto escolar, seja ele físico ou digital. Os ataques que tragicamente aconteceu, em escolas no Brasil, recentemente, não são os primeiros. Isso tem acontecido há décadas e há décadas nada é feito. O *bullying* não é o principal motivo pelo qual uma pessoa decide fazer uma barbaridade como essa, mas, com outros fatores, ele sempre é citado quando se fala sobre isso.

Portanto, o *bullying* pode, sim, ser um gatilho e muitas ações violentas poderiam ser evitadas, caso uma vítima de *bullying* fosse levada a sério. Colocar policiais nas escolas ou treinar professores para portar armas, de forma alguma acabará com a violência escolar. Ao contrário: aumentaria ou trocaria uma violência por outra. Psicólogos e assistentes sociais para atenderem às vítimas de *bullying* também são bem-vindos, mas combatendo o mal também. Canais de denúncias ajudam a apagar incêndios, não a preveni-los. Precisamos de formação e

informação para prevenir, identificar e combater o *bullying* por pessoas especialistas no tema. Para que isso seja possível, é de extrema importância que o Estado crie órgãos ou Comissões específicas ao tema *bullying*.

Sugiro a partir da Secretaria de Educação e não por que a partir do MEC, já que esse é considerado um problema de saúde pública e que tem afastado muitas crianças e adolescentes da escola e, muitas vezes, levando-os até à prática de suicídio? Essas Comissões seriam um centro de apoio, para coordenar as ações e articular a cooperação entre os diversos setores dessa rede, como a saúde e a segurança. Ressalto que já existe a Comissão de Mediação de Conflitos na rede, mas o combate ao *bullying* não se trata apenas com mediação, pois o *bullying* não é um conflito de duas vontades. Vai muito além disso. É violência sistemática e institucionalizada e, muitas vezes, tratada com negligência, com desrespeito e lidada como “mimimi” ou frescura. É urgente fortalecermos a rede de apoio: Estado, família, escola, comunidade e sociedade.

A prevenção e combate ao *bullying* deve ser obrigatória em toda a escola e não apenas uma sugestão. Deve conter relatórios periódicos de ocorrências, encaminhamentos realizados, bem como uma fiscalização efetiva desses relatórios e cobrança dos resultados. Todos devemos ter um comportamento *antibullying* e não nos limitarmos a cartazes, palestras e homenagens póstumas. Queremos uma escola antiviolenças, qualquer uma delas, inclusive o *bullying*.

Encerro afirmando que não precisaríamos criar novas leis para combater o *bullying*, caso as existentes, como a Constituição, o ECA, a LDB e a lei 13.185/2015, que fala especificamente sobre o *bullying*, fossem cumpridas, devidamente garantindo direito à saúde integral de nossas crianças e adolescentes. Acredito, sim, que é perfeitamente viável, pois o investimento na prevenção, como já sabemos, é bem menor do que no tratamento dos efeitos.

Eu luto para que o *bullying* não vire luto. Chega de perdermos nossos filhos, alunos e professores.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado. Gostaria de parabenizá-la pela sua militância nessa área, no estudo desse tema, que é muito importante na nossa rede municipal.

Tem a palavra a Sra. Márcia, coordenador do Naapa, do Comitê Intersecretarial de combate e prevenção de violência nas escolas. Ausente. Tem a palavra a Sra. Simone Firmino da Silva, da EMEI Padre Mauro Baptista. Ausente. Tem a palavra a Sra. Vitoria Tavares da Silva. Ausente. Tem a palavra o Sr. Christian Sznick, do Coletivo Cachoeirinha. Ausente. Tem a palavra a Sra. Maria Teixeira (Pausa) São pessoas que foram inscritas também pelo *site*. Sr. Adailton Souza dos Santos. (Pausa). Ausente. Sra. Conceição Aparecida da Silva, da EMEF João de Deus Cardoso de Mello. (Pausa). Ausente. Sra. Gisele Alves Villar, da Escola Estadual Professora Yolanda Araújo Silva Paiva. (Pausa). Ausente. Sra. Elaine Cristina da Silva Sá, do CEI Jardim São Joaquim. (Pausa). Ausente. Sra. Eveli Tibães, da EMEI São Paulo. (Pausa). Ausente. Sra. Tatiane Gomes Weber. (Pausa). Ausente. Sr. Paulo Henrique Abel Pires - Instituto Atlas. (Pausa). Tem a palavra.

**O SR. PAULO HENRIQUE ABEL PIRES** – Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de ter voz neste Parlamento, nesta Casa. Cumprimento todos os membros da Mesa e, na pessoa do Vereador Celso, todas as pessoas que estão nos ouvindo, líderes sindicais, alunos da ETECs e todos os demais.

Primeiramente, eu quero salientar as falas do Vereador Carlos Giannazi e da representante sindical, que citaram alguns problemas que não têm correlação com os ataques nas escolas. Pautas que simplesmente não têm correlação com o debate sobre a segurança nas escolas e que, portanto, não contribuem efetivamente.

Para entender os ataques que vêm ocorrendo nas escolas, que têm origem em diversos fatores, é preciso salientar alguns pontos: desde o aumento do discurso de ódio até a falta de políticas públicas de segurança, além da falta de política de cuidado emocional. Esta Casa votou e aprovou dois projetos importantíssimos para a segurança nas escolas, um deles o PL 307/2019, que autoriza as instituições de ensino a contratarem profissionais de segurança

especializada, de autoria da Vereadora Rute Cosa, do PSDB, de diversos outros Srs. Vereadores – dentre eles, a Vereadora Janaína Lima, do MDB. Contratar segurança armada é um importante passo para a segurança nas escolas. Eu sei em que a maioria discorda do projeto, mas é importantíssimo que haja seguranças armados nas escolas; não se trata de armar qualquer pessoa, mas seguranças preparados para fazer a segurança das crianças nas escolas

O outro projeto, também de autoria da Vereadora Rute Costa, é o PL 308/2019, que institui a instalação de detectores de metais em estabelecimentos de ensino com o intuito de reduzir a possibilidade de alunos ou quaisquer outras pessoas de entrarem na escola com objetos perfurantes, cortantes ou que possam causar danos às demais pessoas no ambiente escolar.

Além disso, o Poder Público precisa tomar medidas de segurança pública, acompanhadas de outras, como a diminuição da maioridade penal. As pessoas menores de 18 anos precisam ser punidas pelos seus atos. Na Alemanha, por exemplo, a maioridade penal é aos 18 anos, mas uma pessoa de 14 anos, desde que consciente e lúcida de seus atos, pode, sim, ser penalizada. Essas medidas, que também inclui a contratação de segurança armada, devem ser acompanhadas de leis mais duras e uma execução mais rígida da lei a fim de se evitar o que aconteceu, por exemplo, em Santa Catarina, em que um rapaz de 19 anos, se eu não me engano, entrou em uma escola e matou crianças e bebês em uma creche. Não houve uma penalidade tão rígida contra essa pessoa, mas ela precisa ser penalizada no rigor da lei e de uma maneira rígida.

Além da segurança pública, não pode ser negligenciada a questão da saúde e do cuidado emocional. Os diversos problemas emocionais não são causados pela falta de religião e também não é frescura nem “mimimi”. Como disse a professora a respeito do *bullying*, nós não podemos negligenciar essas pessoas, não podemos negligenciar esses problemas da saúde mental. Segundo pesquisa, de 10% a 20% dos adolescentes vivem problemas de saúde mental há anos, e nada foi feito por essas pessoas que sofrem.

Então, as medidas que o Poder Público precisa tomar para a saúde mental é a

melhoria da infraestrutura dos CAPS – Centro de Apoio Psicossocial; assistência de psicólogos, psicopedagogos, psiquiatras nas escolas e a melhoria do serviço social. O combate à violência nas escolas é uma junção de fatores que vai desde o combate ao discurso de ódio, até o auxílio psicológico nas escolas e a contratação de mais segurança nas escolas.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Sr. Paulo.

Os projetos que você citou são projetos que passaram pela Câmara Municipal, que eu votei contra e vou votar contra, porque armar os profissionais da educação e colocar segurança armado nas escolas não vai resolver o problema das escolas. Alguns Vereadores até comparam as escolas com banco, com segurança armado.

Se você teve a oportunidade de ouvir a Defensoria Pública, o representante trouxe exemplos dos Estados Unidos, de cidades que têm seguranças armados e, mesmo assim, isso não resolve o problema.

Vou passar a palavra ao Sr. André, da ETEC Guaracy, para fazer uma breve fala.

**O SR. ANDRÉ HENRIQUES FERNANDES OLIVEIRA** – Só para a gente falar de dados que tanto o Dr. Gustavo, quanto a prezada Deputada trouxeram, ano passado, os Estados Unidos investiram 3,1 bilhões de dólares em sistema de segurança e registraram 47 atentos às escolas. Se a gente levar em consideração que o período eletivo escolar é de mais ou menos 40 semanas, isso representa mais de um ataque por semana.

Então, esses dados são fatos, não é algo tirado do nada. A gente tem que tomar muito cuidado com isso.

Até o Secretário de Segurança da GCM, o Sr. Josué, disse uma coisa muito interessante: ele fala que os seguranças serão contratados para fazer a segurança, primeiro, patrimonial, porque é para isso que serve o guarda privado. Depois, não sei se já estava na fala dele ou ele teve um *insight*, ele se lembrou da segurança dos alunos e dos professores. Então, precisa tomar muito cuidado com esse discurso, porque ele não ajuda.

A correlação entre a sociedade em que vivemos, os motivos pelos quais os nossos

jovens e adultos são tomados pelo ódio, não podem ser ignorados. A gente vive uma sociedade que nos fragmenta, uma sociedade que nos individualiza.

Os nossos companheiros de sindicatos bem sabem quantos sindicatos estão esvaziados por isso, porque a mentalidade empreendedora faz com que cada um lute por si e se esqueça de lutar coletivamente. Essa é uma questão muito importante que a gente precisa considerar no momento de fazer essa análise, porque a solução não será individual nem será rápida, ela precisará ser trabalhada.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Sr. André.

Tem a palavra a Sra. Simone Firmino da Silva, da EMEI Padre Mauro Baptista.

**A SRA. SIMONE FIRMINO DA SILVA** – Boa tarde.

Estou aqui como mãe e só queria comentar que na região onde moro, recentemente, tanto as manifestações, quanto esse botão do pânico, quando foi divulgado, não chegou a ser esclarecido o que fazer. Então, o medo ainda existe.

Em todas as escolas próximas, não só o policiamento, mas a questão desse botão ainda está muito vaga. Eu sei que vocês estão comentando sobre a violência, estou acompanhando tudo desde o início; mas eu só queria comentar que essa divulgação tinha que ser rápida. Não só jogar o botão e deixar para as pessoas descobrirem. Eu ouvi agora que você falou que vão ser cinco pessoas dentro da escola, tudo estipulado. Estou sabendo isso aqui na audiência, não pelas escolas.

Era só isso o que eu tinha a comentar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Simone. É importante o seu apontamento, porque falta essa comunicação.

Está presente, de forma presencial o Sr. Douglas Eduardo Rosa, representando o Sinesp, para falar uso da palavra. Sr. Douglas.

**O SR. DOUGLAS EDUARDO ROSA** – Boa tarde a todos os presentes, boa tarde à Mesa.

Primeiramente, em nome do Sinesp, agradeço ao Vereador e à Comissão de Educação por esta audiência pública sobre esse tema, pois que há muito tempo as escolas sofrem com vários casos, mas tem que se parar para discutir, pensar e refletir.

Um dos princípios do Sinesp, inclusive, é que todo o investimento na educação pública e nas políticas públicas de modo geral tenha como bem supremo o ser humano, e não a lógica do mercado. Por quê? Porque, infelizmente, nós vemos nas políticas públicas desses últimos anos que é mais fácil deixar que cada um se vire do que realmente ter uma política pública real e coletiva, levando à individualização, que também é uma lógica de mercado, assim como a meritocracia e a normalização, vamos dizer assim, de todo discurso de ódio, de ataque, que, infelizmente, nunca é punido ou combatido. Parece que isso foi se tornando natural.

Não é de hoje, mas principalmente do período pandêmico para cá, que várias vezes o diretor tem que tentar sair do pânico, lidar com situações muito difíceis, como quando vem, por exemplo, mensagem encaminhada de WhatsApp, que geralmente é uma *fake news*, criando pânico. A gente sabe, como já foi falado, que isso não acontece de modo natural; sabemos que há grupos que infelizmente querem criar pânico. E essa é mais uma forma de ataque também ao serviço público e aos servidores.

Como eu falei, o “vire-se sozinho” tem a ver com essa lógica de mercado, incluindo a segurança pública. Vamos lembrar que, infelizmente, em nível federal, foi-se mexendo na legislação e incentivando o armamento da população. Não tem como nós discutirmos violência sem lembrar disso. E a segurança pública, em vez de se preocupar com o coletivo, infelizmente incentivou que cada um cuide de sua própria segurança. Então, medidas de treinamento contraterrorismo, segurança armada, tudo isso só vai incentivar que cada um cuide da sua própria segurança. Onde está o trabalho coletivo? Onde está a cultura de paz e não violência? Não fazem sentido tais medidas.

Lógico que temos que ter medidas e protocolos emergenciais – não só agora, isso já deveria ter sido uma rotina nas escolas, felizmente ou infelizmente, não podemos neste momento julgar – mas a escola tem que garantir seu papel de promover essa cultura de paz e não violência

e lembrar que essa escola está no meio dessa sociedade. A escola não está sozinha. Então, também, aí vai de novo “se vire sozinho”. Não adianta falar quando aconteceu a tragédia: “Ai, o que a escola fez?”. É a primeira pergunta. Mas ninguém foi investigar, por exemplo, o que ocasionou, a rede social logo de cara do envolvido. Por que levou a tal ação? A motivação. A escola tinha um projeto político-pedagógico? Isso ninguém pergunta. Como que era o projeto da escola? Ninguém pergunta. É mais fácil falar: “a escola errou porque não viu isso”.

Para que a gente supere cada vez mais essa situação, esse momento, essa violência gratuita e maldosa e seu direcionamento às escolas, exige-se que se acolham e fortaleçam as nossas crianças, nossos jovens, nossos profissionais.

Até o Paulo, eu lembro muito bem, falou da gestão democrática. Isso não está vindo nem de cima. Está vindo: cumpra-se a tarefa. E aí o profissional que está na escola com tantas tarefas a se cumprir vai reproduzindo o mesmo comportamento no próprio aluno. O próprio estudante não vê no professor mais como uma pessoa, um profissional que está lá com ele para ajudar a pensar, a discutir o que é mais importante. Isso está começando a se perder nas escolas.

Então, em prol de uma sociedade melhor em que a oportunidade de aprender e trabalhar a visão de futuro, as condições dignas, uma vida digna seja a realidade para todas e para todos. Só lembrando quando houve a greve pela vida, em 2021, na época da pandemia, eu vou ressaltar a mesmo lema que foi falado na época da greve: aprendizagem se recupera, mas vidas, não.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Douglas, importante a sua fala, a sua experiência que você trouxe para nossa reflexão.

Vou chamar, agora, do Coletivo Rema, Rede de Mães da Escola Pública por Direitos, a Sra. Thalita.

**A SRA. THALITA PIRES** – Muito obrigada.

Agradeço a oportunidade, mais uma vez, de participar de uma audiência. É muito importante esse assunto. Muitas falas representaram já muitos pontos importantes. Como já foi

dito, é um problema muito complexo. Tenho atuado nisso não apenas como militante, como mãe de escola pública de uma criança que está em EMEI, mas, como jornalista, também tenho feito muitas matérias e conversando com grandes especialistas do país a esse respeito.

Então, acho muito bom que o Paulo Abel esteja aqui conosco para ele poder ter contato com essas informações de boa qualidade que a gente está trazendo e de quem estuda esse assunto já há bastante tempo para a gente poder desmistificar algumas ideias de que existe alguma correlação entre repressão e diminuição de ataques de escola. Isso já está cientificamente provado que não existe. Não apenas ele, como alguns Vereadores, infelizmente, traz esse tipo de visão de mundo para projetos de lei e eu acho muito importante que a gente ouça os especialistas e que a gente tenha uma postura científica a esse respeito.

Existem estudos extensos em relação a isso, como trouxe o representante da Defensoria Pública, que mostra que nos Estados Unidos não houve nenhuma mudança em relação ao ataque nas escolas com a presença da polícia armada. Pelo contrário: você traz uma arma para um ambiente que não deve ter arma.

A Marcele Frossard é uma socióloga que atua na educação e na violência. Então, ela está na Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Ela também tem muita experiência a esse respeito. Ela traz também uma ideia de que o clima escolar é fundamental para a aprendizagem. A gente não está falando das crianças e adolescentes terem um bem-estar, o que é, absolutamente, importante, mas, também, o clima escolar influencia na própria aprendizagem. É muito sedimentado, na literatura, de que repressão na escola piora o clima escolar, portanto, piora até os resultados – porque tem muita gente que é muito voltada para essa educação de resultados. Até os resultados são piorados com a presença de polícia na escola.

Então, é muito importante que a gente traga essas informações. Eu acho que é uma vergonha que nós não estejamos, como cidade – e não estamos – acompanhando dia a dia o que os especialistas vêm falando, as pessoas que estão fazendo monitoramento das redes sociais, as pessoas que estão fazendo monitoramento das células neonazistas – este é o nome –, células de extrema direita que cooptam crianças e adolescentes para fazerem esse tipo de

ataque.

Eu acho que é um absurdo só de citar a ideia de uma criança de 13 anos a lei, infelizmente, do perpetuador desse ataque, e a gente se esquecer de que ele é uma vítima. Treze anos: é uma criança de tudo. Essa criança é uma vítima, e a gente tem que pensar, também, políticas públicas para a desradicalização desses jovens.

Enfim, já muito foi falado sobre isso. Acho que na questão da proposição, eu, com muita humildade, de verdade, gostaria muito de propor não um movimento, mas um consenso em torno de uma pauta que, para mim, é fundamental para a escola como um todo e também para esse tema que é a diminuição de alunos por sala de aula, por profissional barra profissionais.

O que eu quero dizer? Como é que nós vamos diminuir o *bullying*? Quando o professor tiver a capacidade de ter menos crianças e adolescentes em uma sala e ter uma conexão maior com cada um deles. Uma sala com quarenta alunos é muito mais difícil você criar esse tipo de conexão; muito mais difícil o aprendizado, muito mais difícil tudo. Então, a gente precisa muito dessa diminuição. E não é só: a gente precisa de mais professores e ATEs, técnicos de informática, também e fundamentalmente, mais gestão democrática nas escolas, que os Grêmios existam de maneira real, que haja um processo de votação democrático para que todos se sintam representados.

É isso que vai trazer para as nossas escolas um sentimento positivo e não, o ódio. Os motivos dos ataques são multifacetados. Sim, as crianças ficam com ódio da escola porque sofrem *bullying*, embora seja muito importante lembrar de que a maioria dos que sofrem *bullying* é, também, atacada nesses ataques: mulheres, meninas e pessoas racializadas, principalmente, negros na nossa sociedade. Então, sim, o *bullying* tem a sua participação, mas a gente não pode faltar e falar que é só o *bullying*. A cooptação de extrema direita é fundamental para esse tipo de ataque.

Isso que a gente está trazendo: a violência contra as escolas, um tipo de ataque de violência ideológica contra as escolas. A escola se coloca, ainda, como um lugar de disputa que

não foi conquistada pela extrema direita, embora, sim, haja pessoas dentro da escola que são de extrema direita, mas ela ainda é vista como esse lugar que precisa ser conquistado pela extrema direita, assim como a ciência que é tão atacada, a escola também é tão atacada, então, a gente precisa entender o todo político e agir nisso.

A gente quer, inclusive, segurança patrimonial, porque é muito importante que a escola esteja bem cuidada e, para isso, ela não pode ser roubada. Infelizmente, a gente sabe que, numa situação tão difícil como a que a gente está, as pessoas entram na escola para roubar torneira. Esse tipo de acontecimento vai minando, também, o clima escolar. É fundamental da segurança que não é estar dentro das escolas; em contato com os alunos e não é estar armado dentro da escola. É fazer o cuidado, de uma maneira geral, tanto da sociedade como, sim, do patrimônio porque, claro, a gente precisa de uma escola bem cuidada.

Digo tudo isso para voltar ao ponto inicial. Nós precisamos defender a escola pública e diminuir o número de alunos, fazer com que a gestão seja mais democrática, não menos.

Eu faço parte também do Crece - Butantã. Nós já ouvimos a representante do Crece - Central. O que ela disse eu trago de novo: a gestão democrática também é fundamental para que a gente possa trazer os temas e dialogar.

Acho que o exemplo disso é que a maioria absoluta da comunidade escolar até hoje não entende que houve uma diferença entre as ameaças de ataque logo depois do primeiro, na Escola Thomazia e no dia da Páscoa. Esses ataques mudaram completamente e viraram uma onda de *fake news*, que não tinha nenhuma base na realidade. Foram apenas mensagens para gerar pânico por todo o país, em um mecanismo muito semelhante ao usado pelas *fake news* dos últimos anos. Infelizmente, temos sofrido muito com isso.

A população não sabe disso o que é um absurdo, porque deveria estar escrito, a SME deveria ter informado às escolas para preparar as pessoas. Esse pânico poderia ter sido muito menor se a gente tivesse chamado as pessoas para dentro da escola, que o dia 20 tivesse tido alguma ação por parte da Prefeitura, que anunciou que teria, mas não teve. Foi uma vergonha.

Apenas mais uma sugestão, é muito importante que façamos este tipo de audiência pública, entretanto ela não permite muito o aprofundamento de se discutir, por exemplo, se não é isso ou se é. E um ouve uma fala só sobre um ponto específico, sobre a questão da criação dos Grêmios, e a gente discute o assunto. Nem me colocando como uma convidada para o assunto, mas acho importante levar os pontos como pauta de uma discussão mais profunda para que a política pública seja desenvolvida. Falo isso obviamente em nível de Secretaria de Educação, porque na Câmara se pode pensar em projetos de lei, mas a política pública robusta e completa tem de vir do Executivo. É assim que o nosso estado funciona.

Demando isso como uma necessidade básica, de forma que os especialistas sejam ouvidos de maneira focada para o desenvolvimento das políticas públicas que a cidade de São Paulo, onde há uma das maiores redes de ensino do país, vai aplicar para todos os seus alunos. São um milhão de alunos que estão, neste momento, com pouquíssimo auxílio em relação a esse tema e a muitos outros.

Esses são os pontos que eu gostaria de destacar, embora haja muitos outros.

Agradeço mais uma vez a possibilidade de participar deste espaço. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Thalita.

Apenas para dizer que a audiência pública é para o debate e trazer pontos para aprofundar depois. Você tem toda razão, muitos pontos importantes foram colocados. Obrigado pela sua participação.

Estamos com um probleminha de disponibilidade de horário com a Taize, representando a Secretaria Municipal de Educação, da Divisão de Direitos Humanos e Grêmio. Ela ouviu muitos relatos, eu gostaria de passar agora a palavra, devido a um compromisso que ela tem com a Secretaria. Depois continuaremos com as próximas falas.

Passo para a Taize para que ela dê um retorno de tudo o que foi colocado e que ela ouviu. É um posicionamento da Secretaria.

**A SRA. TAIZE GROTTO DE OLIVEIRA** – Obrigada, Vereador. Depois de ouvir todos vocês que falaram sobre a relevância das nossas ações enquanto Secretaria Municipal de

Educação.

Sempre também devemos lembrar que, neste momento, eu represento a Secretaria Municipal de Educação, só que somos todos Secretaria Municipal de Educação – me refiro às diretorias de educação e às unidades educacionais. Para que as políticas públicas deem certo é preciso que todos estejam juntos nessa engrenagem, compreendendo seus papéis.

Fazendo referência à questão das políticas públicas, nós temos na nossa rede, como já foi citado, as Comissões de Mediação de Conflitos, que têm legislação vigente desde 2015, por meio da Portaria 2.974/2016, que dispõe sobre a implantação e implementação dessas Comissões de Mediação de Conflitos na rede municipal de ensino.

Importante salientar que essas Comissões têm a sua representação com um grupo de trabalho na Secretaria Municipal de Educação, que tem como propósito dispor de formação continuada para os membros da Comissão de Mediação de Conflitos como um todo, da rede municipal de ensino, na perspectiva da educação de direitos humanos.

É importante também ressaltar que a escola precisa reconhecer o seu lugar na rede de proteção social. Quando nós falamos do funcionamento da rede de proteção social, é fundamental que a escola se reconheça parte potente dessa rede de proteção. Há discursos que ouvimos: “A rede do meu território não funciona tão bem”; ou: “A do meu território é superarticulada”. Mas, e você nessa rede?

Pensando, justamente, no fortalecimento dessas Comissões de Mediação de Conflitos, temos representantes também nas diretorias regionais de educação, compostas por diversos segmentos, dentre eles: Naapa, supervisão escolar de CEU, que são os nossos braços na diretoria regional, ou seja, no território; e DIPED, que é o núcleo pedagógico.

Nas unidades educacionais, temos representação de diversos segmentos, dentre eles equipe gestora, educadores, quadro de apoio – que foi citado como parte fundamental nas articulações e nas demandas de áreas que acontecem nas unidades educacionais –, estudantes e família. É uma Comissão que prevê a participação de todos esses segmentos.

Quando nós falamos sobre a questão de ataques, que é específico do que estamos

vivendo, como já foi citado aqui, é fundamental olharmos para o que fazer no momento de emergência, como aconteceu com o Chefe de Gabinete da Segurança Urbana que já citou, essa criação do Comitê de Proteção Escolar, do qual eu participei de algumas reuniões.

Hoje, neste momento, o pessoal está lá na Secretaria Municipal de Educação discutindo o encaminhamento das ações previstas no Decreto 62.312, que foi publicado na semana retrasada, para que todas as sete Secretarias envolvidas no Comitê trabalhem de forma integrada, tendo em vista o fortalecimento da rede de proteção social, considerando a atuação, a frente de trabalho mesmo, que todos esses serviços fazem na perspectiva da prevenção das violências. A ideia é fortalecer essas ações.

Também é fundamental olharmos para prevenções de ações como essa. Quando falamos da Comissão de Mediação de Conflitos, devemos entender que ela não se trata de uma instância de participação reativa.

Salvo engano, foi o professor que citou agora pouco, uma vez que acontece uma situação tão grave como essa, por exemplo, o que a escola fez? Cobranças no sentido até de... poxa, houve falhas. Não é isso. O trabalho da Comissão de Mediação de Conflitos, embora previsse, sim, a questão do envolvimento de duas partes, o fundamental diálogo horizontalizado entre todos e mediar de forma que não seja pessoal esse conflito, para que juntos consigamos chegar em possibilidades não violentas, de comunicação não violentas, em possibilidades de acharmos alternativas conjuntas para a melhora da convivência naquele ambiente. Isso é fundamental.

Só que eu não preciso esperar um problema acontecer, como a Professora Cyntia traz a questão do *bullying*, que é presente em todas as nossas unidades há muitos anos, infelizmente. Mas enquanto unidade educacional, como que eu vou olhar para isso e trabalhar de forma preventiva ao desencadeamento de violências que o *bullying*, por exemplo, pode trazer?

É importante que esse tema seja pauta dos nossos projetos políticos pedagógicos, que não têm de ser copia e cola da minha unidade vizinha. O projeto político pedagógico é um

documento fundamental que tem de representar a especificidade, a peculiaridade daquele território.

Quando eu olho para questões como essa, nós, enquanto escola, envolvendo, inclusive, os estudantes que estão representados. Que bom que vocês estão aqui. É maravilhoso sabermos que vocês se importam e muito com essa pauta e vão conseguir multiplicá-las para os seus pares.

Quais projetos nós podemos propor na nossa unidade para olhar para situações como essa? Quando a gente fala de olhar para situações como essas, envolve o plano de ação da Comissão de Mediação de Conflitos. Isso é olhar preventivamente. Essas pautas vêm de temáticas adjacentes de educação em direitos humanos. São essas situações de violências simbólicas, institucionais, estruturais, que reverberam nas nossas ações, nos nossos comportamentos na unidade educacional.

Enquanto escola, nós precisamos olhar de forma educativa, como recurso pedagógico, para situações de discriminação de preconceito sem o julgamento, mas sim esse olhar de construção formativa e transformação dessa realidade.

Se eu venho de uma família preconceituosa, que utiliza de forma naturalizada muitos discursos, como vocês bem colocaram, às vezes até de ódio, eu, enquanto criança ou adolescente, crescendo nesse meio, tenho de ter a oportunidade de rever os meus conceitos. Esse lugar é a escola. Escola não é lugar de punição.

Quando falamos da gestão democrática trazemos o Grêmio Estudantil que é uma instância de participação. Nós todos sabemos que o Grêmio é extremamente potente nas unidades educacionais, mas é para todos juntos. Quando se chega na escola não é para ter a ideia de que as coisas sejam fragmentadas, mas que ajam de forma conjunta.

Grêmio Estudantil, Comissão de Mediação de Conflitos, estamos falando todos das mesmas pessoas, do mesmo lugar e precisamos pensar juntos.

Como que nós, de forma democrática, podemos trazer essas pautas para as nossas discussões que, de acordo com as legislações da Comissão de Mediação de Conflitos, são

previstas que aconteçam mensalmente. Também podem acontecer reuniões extraordinárias, quando necessário.

Mas o que eu quero ressaltar é que não se trata de quando acontecer um problema, se trata de entender esse olhar formativo da Comissão de Mediação de Conflitos para prevenção das violências.

Em relação ao Grêmio, a mãe que acabou de falar, do Crece, ela cita a questão da criação dos Grêmios. Nós temos o Grêmio na nossa rede municipal de ensino implementado. A criação desses Grêmios foi disposta, em 2019, por um decreto que está vigente. Neste ano, esperamos – estamos perto disso – alcançar 100% das unidades educacionais de ensino fundamental com o Grêmio Estudantil atuante. Nós precisamos olhar muito para o Grêmio Estudantil.

Estão sendo oferecidas formações para os orientadores do Grêmio Estudantil, para os membros da Comissão de Mediação de Conflitos, considerando justamente essas nuances da educação em direitos humanos, como eu disse para vocês.

Então nós vamos falar sobre pautas que os estudantes do Grêmio, inclusive, trazem que são: o racismo, LGBTfobia, o próprio *bullying*, para olhar para essas temáticas, olhar de forma crítica mesmo e ampliação desses horizontes.

Então, nós precisamos estar atentos, corroborando com essa situação e pensando em fortalecimento das políticas públicas.

Nós temos, atualmente, um projeto piloto que se espera sim que ele culmine numa política pública importante na nossa cidade. Ele acontece na DRE de Guaianases e trabalha justamente o sofrimento emocional dos estudantes, na perspectiva da educação em direitos humanos, para propiciar o entendimento do educador nele, nesse papel do estudante em sofrimento que pode ser gerado por diversas causas que nós já citamos.

O que eu, enquanto professora, posso fazer? A ideia é justamente instrumentalizar, oferecer ferramentas do que nós já temos, inclusive, e fortalece-las, mesmo para os nossos educadores. Porque quando a gente está na escola se sente, muitas vezes, impotente. O que

eu posso fazer com as demandas inúmeras que chegam, porque não é um caso, são muitos cotidianamente.

Esse projeto piloto, na perspectiva da educação em direitos humanos, olhando para esses sofrimentos sociais, vem justamente para a gente conseguir estreitar os laços com a nossa rede de proteção social.

Nesse projeto piloto, para além da educação, estão fazendo parte desse processo de diálogo as representantes da saúde do território, representantes da Assistência Social, Conselho Tutelar. Então é uma forma de fortalecimento desses fluxos dos protocolos que tanto falamos.

Em 2019, foi criado – na verdade, foi publicado em 2020 – o protocolo integrado de proteção à criança e adolescente vítima de violência. É um protocolo da Prefeitura que foi trabalhado de forma Intersecretarial envolvendo todas as Secretarias e espera-se que isso reverbera nas unidades educacionais, porque todas as formações é para que consigamos chegar às unidades educacionais. Temos sempre que multiplicar as nossas orientações e agora recentemente esse protocolo voltado para questão de ameaças e ataques.

Quando nós ouvimos, falta a SME dar uma orientação, por exemplo, em relação ao dia 20 que foi de assustar mesmo. Estamos vivendo um momento de muitos medos. A ideia, a orientação é justamente fortalecer a unidade educacional, porque é quem vai chegar a comunidade, a esses pais, a essas famílias. E por meio de possibilidades, alternativas que nós temos nas Comissões de Mediação de Conflitos com o Grêmio Estudantil atuante, trazer sim, essas famílias, esses projetos para a escola.

Então, assim, por mais que algo institucionalizado ou uma receita pronta não tenha sido oferecida, existem alternativas dos trabalhos, enquanto políticas públicas que nós temos vigentes e é importante olharmos para isso. Tudo isso que nós fazemos é sempre pensando no fortalecimento do diálogo, de fato horizontalizado e trabalhar com a promoção da cultura de paz por meio da comunicação não violenta e do entendimento de situações que possam desencadear violência na escola. Esse tem sido o nosso trabalho diário.

É de extrema importância, acreditamos, por mais dificuldades que nos encontremos no nosso caminho, juntos vamos conseguir encontrar alternativas. Estamos todos preocupados com a situação que estamos vivendo, mas estamos procurando caminhos possíveis com nossos pares, inclusive, as unidades educacionais que fazem parte dos processos formativos que estamos realizando no momento.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Taize. Obrigado pela presença. Obrigado pela oitiva.

Agora, precisamos aprofundar muito dos assuntos tratados, talvez a audiência pública seja insuficiente. Estamos já terminando. Estamos já com três horas e ainda tem muito a falar, muito a questionar. Fazer o contraponto à fala da representante da Secretaria e de outros representantes.

Há alguns inscritos, ainda, mas não vai dar tempo para todos se manifestarem. Estava presente e tentou falar duas vezes, mas não conseguiu: a Sra. Marcia, Coordenadora da Naapa, Comitê Intersecretarial do Combate a Prevenção de violência nas escolas. Mas agora passo a palavra a Sra. Marcia e peço, por favor, que seja, relativamente, breve, porque a assessoria da Comissão de Educação já nos alertou que nosso tempo está se encerrando.

Vamos ter de entregar o auditório, mas fica o compromisso das pessoas que não conseguiram falar, de marcarmos outra audiência pública, para aprofundar esse debate que é tão importante para todos nós.

Vou passar palavra a Sra. Márcia e vamos finalizando audiência pública.

**A SRA. MARCIA ANDRÉA BONIFÁCIO DA COSTA** – Primeiro, quero me desculpar pela chegada tardia.

Estávamos, justamente, trabalhando com o Comitê de Proteção Escolar, que foi instituído e anunciado pelo prefeito, na semana retrasada. Acho que a Taize nos representa muito bem aí. Ela traz aspectos importantes desse tema.

O que eu gostaria de destacar é de que há um esforço, uma preocupação não só por

parte da Secretaria Municipal de Educação, mas das demais Secretarias: Segurança Urbana, Secretaria de Governo, Saúde, Direitos Humanos, de que nós nos propusemos a olhar para este tema a partir da complexidade que ele implica.

Discutir a climática da violência na escola, contra escola ou da própria escola é uma coisa que demanda um grande exercício reflexível da nossa parte e coragem para que possamos prestar atenção em aspectos, que talvez, no nosso dia a dia não sejam percebidos. Quero dizer para vocês que, neste Comitê, estamos enfrentando esse compromisso com muita seriedade, olhando para aquilo que nós já temos, mas prestando, sobretudo, atenção nos pontos em que todas as Secretarias podem apresentar como fragilidade.

Quero destacar, também, que na SME a gente vem tratando desse tema, desde a criação da política pública do Naapa. Então o tema da violência na escola, contra escola e da própria escola e pensando das múltiplas violências que podem ser constituídas contra o corpo infantil. Esse é um tema diário do trabalho das equipes dos Naapas que ao longo do tempo, tem feito essa jornada com a escola, olhando também com muita responsabilidade para todas as implicações, todos os aspectos que estão envolvidos dentro dessa pauta.

Então, respeitando o tempo, a brevidade do tempo, dizer que do Naapa estamos com as portas abertas e manifestar a minha disponibilidade de apresentar aos senhores o andamento desta política pública. Como ela funciona. O que nós identificamos como ponto de potência, como ponto de fragilidade para que possamos contribuir com o desenvolvimento de uma política, que seja uma política perene.

Então pensando nos três momentos desse tema que nós estamos vivendo. O que nós temos de política? O presente, pensando no tempo presente do ponto de vista emergencial. O que a gente precisa pensar para curto prazo e longo prazo.

Então me coloco a disposição para compartilhar com vocês e para contar um pouco do percurso que a gente está se propondo a construir nesse Comitê e como as próprias políticas na Secretaria Municipal de Educação, estão trabalhando pensando em relação a esse tema.

Quero me colocar à disposição e me desculpar pela impossibilidade de não ter estado

com vocês mais cedo. Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Márcia. Obrigado pela sua participação.

Vamos encaminhando para a finalização da nossa audiência pública. Novamente, pedimos desculpas às pessoas que vieram aqui para falar e as inscritas *on-line*, não conseguiram, mas firmando o compromisso de voltarmos a esse assunto em outro momento. Ou quem quiser enviar perguntas por escrito a Comissão de Educação, nós respondemos com maior prazer. Voltaremos a esse debate.

É muito importante que façamos essa discussão. Agradeço a todos. Aos alunos da ETEC Guaracy, em nome do André que compôs a Mesa conosco. Muito importante participação de vocês nesse debate. É fundamental.

Ontem, foi noticiado no jornal *Bom dia São Paulo* a respeito de uma audiência pública no Congresso Nacional, da Professora Deputado Luciene Cavalcante, sobre a primeiríssima infância.

Passo a palavra a Deputada Luciene Cavalcante, para nos dar mais detalhes a respeito dessa audiência.

**A SRA. LUCIENE CAVALCANTE** – Será realizada segunda-feira, dia 8 de maio. É um debate muito importante para falarmos sobre a primeiríssima infância.

Por onde nossos estudantes começam a sua jornada, pelo direito à Educação, de zero a três anos. E existe uma política de precarização tanto do atendimento desses bebês, das crianças pequenas quanto dessas mulheres profissionais que ali estão e são invisibilizadas e atacadas na precarização da sua força de trabalho.

Vamos realizar uma audiência pública pela primeira vez na Câmara Federal focada na defesa das educadoras infantis. A primeiríssima infância lutando pelo enquadramento, reconhecimento e valorização dessa importante etapa da educação. Estão todos convidados a participar. Será às 14h, no Congresso Nacional.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Deputada Luciene Cavalcante.

Não havendo mais nada a tratar – na verdade, há mais discussão no futuro – dou por encerrada essa reunião. Muito obrigado a todos.

Estão encerrados nossos trabalhos.